

GRUPO I – CLASSE II – Primeira Câmara

TC 025.140/2013-2

Natureza: Tomada de Contas Especial

Órgão/Entidade: Entidades/Órgãos do Governo do Estado da Paraíba

Responsáveis: Antônia Lúcia Navarro Braga (038.674.201-49); Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos da Prata (04.592.262/0001-43); Gilmar Aureliano de Lima (714.551.594-68)

Interessado: Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS)

Representação legal: John Johnson Gonçalves Dantas de Abrantes (1.663/OAB-PB) e outros, representando Antônia Lúcia Navarro Braga.

SUMÁRIO: TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. “OPERAÇÃO ALMATEIA” DA POLÍCIA FEDERAL. IRREGULARIDADES NA APLICAÇÃO DE RECURSOS DESTINADOS AO “PROGRAMA DO LEITE DA PARAÍBA”. PREJUÍZOS CAUSADOS AOS COFRES PÚBLICOS FEDERAIS PELA FUNDAÇÃO DE AÇÃO COMUNITÁRIA (FAC) E PELA ENTIDADE DE LATICÍNIO ACOOP. CITAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS. REJEIÇÃO DAS ALEGAÇÕES DE DEFESA DOS EX-GESTORES DA FAC. ACOLHIMENTO PARCIAL DAS ALEGAÇÕES DE DEFESA DA ACCOP. DÉBITO. MULTA.

RELATÓRIO

Cuidam os autos de Tomada de Contas Especial instaurada em desfavor de Gilmar Aureliano de Lima, Antônia Lúcia Navarro Braga e da Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos da Prata (ACCOP), em virtude de irregularidades observadas em auditoria realizada na Fundação de Ação Comunitária (FAC), vinculada à Secretaria do Desenvolvimento Humano do Estado da Paraíba, conforme determinação do subitem 9.1 do Acórdão 4.416/2013 – Primeira Câmara, proferido no âmbito do TC 004.633/2011-3.

2. A mencionada fiscalização, teve por objeto a verificação da regularidade da aplicação de recursos federais oriundos de convênios firmados entre o Estado da Paraíba e o então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), nos exercícios de 2005 a 2010, sendo os valores transferidos destinados à operacionalização do chamado “Programa do Leite”.

3. No âmbito da supramencionada auditoria, foram constatados os achados a seguir apresentados: (i) existência de pessoas cadastradas que não possuem os requisitos necessários para figurar como beneficiárias do programa; (ii) existência de produtores cadastrados no programa que não possuem Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP); (iii) pagamentos realizados a fornecedores que não possuem DAP; (iv) pagamentos realizados a beneficiários produtores que possuem vínculo empregatício com órgãos ou entidades públicas; (v) utilização de modalidade de licitação em desacordo com as disposições previstas nos convênios firmados entre o Estado da Paraíba e o

ministério concedente; (vi) pagamentos realizados a laticínios sem respaldo contratual e sem licitação válida; (vii) ausência ou precariedade do controle de qualidade e quantidade do leite distribuído aos beneficiários consumidores; e (viii) desorganização e inobservância das rotinas e procedimentos estabelecidos pelo programa para os postos de distribuição de leite (entrega pelos laticínios e distribuição à população).

4. Por intermédio do Acórdão 4.416/2013 – Primeira Câmara, o Tribunal determinou, dentre outras medidas, a conversão daqueles autos em Tomada de Contas Especial e a constituição de processos apartados para cada uma das associações ou entidades beneficiadoras de leite envolvidas.

5. Em cumprimento à decisão do Tribunal, foram autuadas 36 (trinta e seis) TCEs, cada uma delas contendo os presidentes da FAC à época e uma entidade de laticínio específica no rol de responsáveis.

6. Nos presentes autos, foram citados a ACCOP – Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos da Prata, bem como Gilmar Aureliano de Lima e Antônio Lúcia Navarro Braga, ex-presidentes da FAC, para apresentarem alegações de defesa relativas às seguintes irregularidades:

“a) Contratação e pagamento de pessoas estranhas ao Programa do Leite da Paraíba, ante a ausência da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), além da ausência da necessária confirmação do efetivo recebimento, beneficiamento e distribuição do leite oriundo dessas pessoas.

b) Contratação e pagamento de pessoas estranhas ao Programa do Leite da Paraíba, ante a constatação da existência de vínculo empregatício entre estas e a Administração Pública, além da ausência da necessária confirmação do efetivo recebimento, beneficiamento e distribuição do leite oriundo dessas pessoas.”

7. Os responsáveis apresentaram tempestivamente suas alegações de defesa, acostadas aos autos nas peças 21, 43 e 23 a 42.

8. Manifestando-se após o recebimento das defesas dos responsáveis, a unidade instrutora verificou que a ACCOP anexou diversas declarações de aptidão que teriam sido emitidas manualmente pelos órgãos emissores, notadamente a Emater/PB.

9. Segundo a entidade de laticínio, tais declarações não teriam sido devidamente informadas ao então Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), razão pela qual seus beneficiários não constavam do banco de dados do Ministério.

10. Destarte, dado o fato de que tais declarações efetivamente atestariam que os fornecedores ligados à empresa seriam produtores beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf (os chamados produtores “pronafricanos”), restaria descaracterizada a irregularidade apontada no relatório de auditoria.

11. Todavia, a Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba constatou a inexistência dos registros das DAPs de papel no sistema do Ministério, *id est*, o laticínio apresentou declarações que seriam regulares em tese, mas que não se encontram cadastradas no banco de dados do órgão.

12. Considerando que a unidade instrutora constatou tal impropriedade em outros processos inseridos no rol das 36 TCEs, concluiu que a melhor solução seria a realização de diligências preliminares ao então MDA para o exame de tais documentos e emissão de posicionamento acerca de sua validade.

13. Tais diligências foram prontamente respondidas pela Secretaria de Agricultura Familiar e analisadas pela Secex/PB, que assim se manifestou (peça 110):

“Detalhamento das Citações

2.12 Conforme consta da instrução juntada na peça 8, o programa é regido basicamente pela Lei 11.326/2006 e pelas Resoluções 16/2005 e 37/2009, ambas expedidas pelo Grupo Gestor do

Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. Os referidos normativos, bem como os convênios firmados (17/2005, 66/2007 e 7/2009), estabelecem os critérios de elegibilidade para a participação de produtores e de consumidores. Do mesmo modo, determinam, de forma bastante clara, que as empresas beneficiadoras só podem adquirir o produto junto a pequenos fornecedores regularmente inseridos no programa.

2.13 De acordo com a auditoria realizada, o leite era supostamente fornecido por pessoas que não detinham sequer a inscrição no Pronaf (DAP), condição mínima indispensável exigida, ou ainda, por outras que possuíam vínculos laborais com órgãos da Administração Pública. Em ambos os casos, observa-se uma situação que resulta não apenas na mera infração aos dispositivos listados, mas também lança imensa incerteza sobre o efetivo fornecimento do leite para beneficiamento.

2.14 Quando da realização do trabalho, bem como nas instruções subsequentes, com fundamento nas duas tipologias acima citadas, questionou-se qual a garantia de que os supostos fornecedores teriam efetivamente entregue o leite, ou mesmo se estes eram mesmo produtores.

2.15 Tal indagação ganhou força na medida em que se constatarem outras impropriedades graves, tais como: pessoas listadas no programa como produtores mas que, em verdade, moravam em outros estados; manipulação das quantidades distribuídas; adição de água além dos limites estabelecidos; e existência de produtores ‘fantasmas’, dentre outras. Importante frisar que essas irregularidades eram praticadas pelos laticínios (com a conivência da FAC), os quais também eram os responsáveis por informar à Fundação, por meio de listagens periódicas, os produtores dos quais coletavam o leite, além dos quantitativos fornecidos por cada um.

2.16 Dessa forma, diante de um quadro de fraude generalizada, e na impossibilidade prática de verificar a efetiva existência real de cada produtor listado, sua condição de pronafiano, bem como as quantidades de fato fornecidas por cada um, evidenciou-se a necessidade de estabelecer ou utilizar um critério para identificar as não-conformidades e mensurar os prejuízos decorrentes.

2.17 Nesse sentido, nada mais adequado que utilizar o critério estabelecido nos convênios firmados e nas próprias normas que regem o programa. Assim, considerou-se como desconforme o leite supostamente fornecido por pessoas que não se enquadravam no conceito de pequeno produtor pronafiano, definido como sendo aquele indivíduo que trabalha em sua pequena propriedade, utilizando-se do seu próprio trabalho e de sua família, e cuja renda advém da atividade lá desenvolvida.

2.18 Como primeira consequência, foram glosados os pagamentos referentes a pagamentos realizados a fornecedores que não possuíam a DAP, uma vez ser esta a única garantia formal de enquadramento no conceito acima exposto, e que possibilita a participação no programa.

2.19 Do mesmo modo, foram considerados como irregulares os pagamentos realizados a fornecedores que, independente de possuírem DAP, guardavam relação empregatícia com a Administração Pública. Neste caso, partiu-se da premissa de que aquele indivíduo que exerce função ou cargo público e, por consequência, cumpre expediente em repartição, não pode ser enquadrado, de forma concomitante, como pequeno produtor rural pronafiano, não apenas em função da disponibilidade do fator tempo, mas também em razão do fato de sua fonte de renda principal não ser originária da produção familiar.

2.20 Assim, estabelecidos os critérios, deu-se prosseguimento à auditoria e, posteriormente, ao exame dos processos dela originados.

2.21 No que se refere à responsabilização, verifica-se que os gestores da FAC não adotaram as providências necessárias no sentido de zelar pelo fiel cumprimento dos normativos listados, das cláusulas contidas nos convênios firmados entre a FAC e o ministério concedente, bem como dos contratos firmados com as usinas, tendo em vista o alcance dos objetivos previstos no programa. Tal omissão deu ensejo à perpetração não apenas das irregularidades aqui tratadas (e que resultaram em débito), mas também a toda a sorte de impropriedades, resultando em um quadro de fraude generalizada no Programa do Leite no Estado da Paraíba.

2.22 Quanto aos laticínios, inclusive o citado na presente Tomada de Contas Especial, ao supostamente captarem leite de produtores não elegíveis para o programa, não apenas praticaram conduta reprovável sob o aspecto legal, mas também concorreram diretamente e se beneficiaram das irregularidades apontadas no relatório de auditoria, consistentes na contratação e realização de pagamentos a fornecedores de leite que não possuíam DAP ou que apresentavam vínculo empregatício com órgãos ou entidades da Administração Pública. Obviamente, se concorreram nas irregularidades perpetradas, igualmente dividem com os gestores públicos envolvidos a responsabilidade pelos danos ao erário delas resultantes.

Síntese da Operação Almateia

2.23 Em primeiro lugar, deve-se frisar que os órgãos envolvidos (MPF, PF e CGU) tiveram acesso a documentos e informações aos quais a equipe de auditoria deste Tribunal não teve, a exemplo de agendas, manuscritos, tabelas e planilhas, dentre outros, diretamente apreendidos nos escritórios e residências dos investigados. Em adição, devem ser registrados os contatos telefônicos interceptados pelos agentes federais, sob autorização judicial, método não disponível nas fiscalizações no âmbito desta Corte de Contas.

2.24 Conforme já explanado em outras oportunidades, neste e nos outros processos derivados da fiscalização empreendida, a operação policial, em linhas gerais, corroborou os achados descritos no relatório de auditoria.

2.25 Em alguns pontos, constatou as mesmas irregularidades, a exemplo de produtores sem DAP e produtores com vínculo laborais em órgãos ou entidades públicas, dentre outras. Em outros pontos, houve uma complementação da auditoria realizada pelo Tribunal, como por exemplo, no caso da apreensão de documentação (tabelas, planilhas, anotações manuscritas) que permitiu concluir que os laticínios coletavam dos produtores por eles cadastrados e, posteriormente, processavam e entregavam à FAC (para distribuição) uma quantidade real de leite menor que a inicialmente informada, o que, obviamente, gerava pagamentos indevidos tanto para os produtores quanto para as próprias empresas beneficiadoras.

2.26 No mesmo sentido, verifica-se que as constatações da operação policial complementam as do TCU no tocante à questão da qualidade e peso do leite. Conforme documentos apreendidos e ligações telefônicas interceptadas, evidenciou-se que os laticínios adulteravam o peso das unidades a serem distribuídas, bem como adicionavam água e produtos químicos, sendo estes últimos no intuito de prolongar irregularmente a validade do leite ou mesmo maquiagem ou disfarçar o produto já sem condições de utilização humana.

2.27 Desse modo, pode-se afirmar que as constatações da Operação Almateia confirmaram e reforçaram os achados da auditoria do TCU, tendo, inclusive, aplicado cores mais fortes a alguns pontos, a exemplo do percentual de adição de água e outros produtos químicos ao leite, inserção de produtores ‘fantasmas’ e manipulação fraudulenta das informações passadas à Fundação acerca de quantidades fornecidas por parte das empresas beneficiadoras.

2.28 Uma vez concluído este primeiro tópico da instrução (Histórico), passa-se, agora, ao exame das respostas às diligências endereçadas ao então MDA, bem como à análise das alegações de defesa dos ex-gestores da FAC e da empresa a eles solidária.

EXAME

Resposta da Diligência – Primeira Manifestação

3. Inicialmente, o órgão esclarece que a DAP é documento de caráter declaratório e voluntário, sendo atribuição da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) manter em seus arquivos as declarações emitidas, bem como a identificação e qualificação dos agentes emissores. Frisa que a coleta de assinaturas de beneficiários e agentes emissores é responsabilidade das entidades locais (Emater, por exemplo). Prosseguindo, afirma que a SAF/MDA não homologa tais documentos, mas que seus sistemas, bem como os aplicativos locais por ela homologados são capazes de identificar e não aceitar as DAPs que não atendam às exigências legais.

3.1 Em relação à verificação da validade dos documentos que lhe foram enviados, relata que adotou providências, tais como: verificação de duplicidades; identificação das entidades

emissoras; e encaminhamento de correspondência a essas últimas, para que confirmem a condição de pronafianos dos beneficiários participantes do programa.

3.2 Sobre a última providência adotada, a SAF informa que, das respostas recebidas, foi possível identificar: 272 ocorrências de DAPs emitidas e registradas em datas posteriores àquelas consideradas nas TCEs instauradas; 178 pessoas titulares de unidades familiares de produção rural sem DAP atualizada; dezoito pessoas que não se enquadram como beneficiárias do programa; quatro beneficiários que desistiram do programa; e quatro pessoas que faleceram em datas posteriores aos achados descritos no relatório de auditoria. Consta, ainda, informação de cem casos em que a resposta das entidades emissoras ainda se encontra pendente.

3.3 Importa registrar que, especificamente no que se refere aos 272 casos acima mencionados, o ministério, em sua resposta, é taxativo ao afirmar que o fato de existirem DAPs emitidas em datas posteriores confirmaria a condição de agricultores familiares dos beneficiados, o que afastaria a irregularidade inicialmente apontada no relatório de auditoria.

3.4 Ainda sobre esse ponto, a Secretaria afirma que estaria em contato com os órgãos emissores na intenção de agilizar a resposta pendente (cem casos), bem como para providenciar a regularização das DAPs que não se encontram atualizadas (178 casos).

3.5 Prosseguindo, a SAF esclarece que a emissão manual de declarações foi encerrada em 2008, uma vez que não havia mais demanda para essa modalidade, em virtude do avanço da informatização. O documento possuía três vias, uma para arquivamento do agente emissor e duas para a instituição financeira que concedia crédito rural no âmbito do Pronaf. Dessas duas últimas vias, uma era juntada ao contrato de crédito e a outra deveria ser encaminhada à Secretaria Executiva do Pronaf em nível estadual, para posterior envio à SAF, para fins de inserção na base de dados do então MDA. Tal sistemática, contudo, não logrou êxito. Conforme consta da resposta à diligência, poucas DAPs emitidas manualmente chegaram, de fato, à SAF para fins de registro no banco de dados.

3.6 Em adição, é informado que, a partir do exercício de 2006, não foram mais distribuídos formulários para emissão manual de DAPs. Além disso, com o advento da Portaria 85/2008, passou a ser expressamente exigido que, para terem validade, as DAPs emitidas dessa forma deveriam obrigatoriamente estar registradas na base de dados da SAF/MDA.

3.7 Finalmente, o órgão esclarece que a emissão manual de DAPs não foi expressiva, tendo alcançado cerca de 500.000 unidades (em todo o país), pois a partir de 2003 a SAF passou a receber os dados por via eletrônica.

3.8 Concluindo suas explicações, a Secretaria destaca que não encontrou nenhuma declaração de aptidão emitida manualmente no rol de documentos enviados pelo Tribunal para fins de análise. Conforme alega, todas as DAPs listadas para exame foram emitidas eletronicamente.

3.9 Por derradeiro, encaminha listagem com as normas pertinentes à matéria, bem como CD-ROM com a manifestação alusiva à cada uma das declarações elencadas.

Análise da Primeira Manifestação

4. Inicialmente, deve-se registrar que o ofício 1852/2014 foi endereçado ao Sr. Secretário Executivo do Ministério do Desenvolvimento Agrário (peça 53). Não obstante, foi primeiramente respondido pelo seu Chefe de Gabinete, oportunidade em que foi solicitada dilação de prazo para atendimento. Em um segundo momento, foi encaminhada resposta assinada por outro Chefe de Gabinete, desta vez da Secretaria de Agricultura Familiar.

4.1 Torna-se importante relatar o fato, na medida em que a autoridade que foi efetivamente demandada em nenhum momento se manifesta oficialmente. Obviamente, tal situação não se mostra adequada, podendo eventualmente suscitar questionamentos acerca da autoria e do conteúdo das informações ali prestadas.

4.2 Em relação aos itens elencados na diligência, constata-se que o único plenamente atendido foi o fornecimento da coletânea de normativos que rege a matéria. No que se refere à manifestação quanto à validade das DAPs, a resposta foi inconclusiva e, muitas vezes, inconsistente e contraditória, como se verá a seguir.

4.3 Na planilha encaminhada com a relação de DAPs, o ministério se manifesta (para cada

documento) com as seguintes tipologias de observações: ‘DAP atualizada’; ‘DAP não atualizada’; ‘DAP emitida a posteriori’; ‘Não se enquadra no Programa do Leite’; ‘Sem resposta à pesquisa’; ‘DAP registrada SAF à época’; ‘Desistente’; ‘Falecido’;

4.4 Tais respostas não atende ao que foi perguntado. O questionamento foi específico sobre a validade das DAPs quando de sua emissão, ou seja, não há interesse processual, por exemplo, em saber se o beneficiário faleceu recentemente. Importa saber se, à época da concessão do benefício, o agricultor preenchia as condições para participação no programa e se o documento emitido era válido.

4.5 Da mesma forma, também não interessa ao processo saber se alguns desistiram por qualquer motivo. Importa saber se, à época do fornecimento de leite, as supostas DAPs eram ou não idôneas, podendo ou não ser aceitas como comprovação da efetiva condição de pronação.

4.6 O mesmo vale para as demais observações. O trabalho de fiscalização desenvolvido abarcou o período de 2006 a 2010, verificando a compatibilidade entre as datas de fornecimento de cada produtor e a existência e validade das DAPs. Ou seja, não há qualquer questionamento acerca da eventual atualização de tais documentos, ou mesmo se outras declarações de aptidão foram emitidas a posteriori. Repise-se: importa saber a validade do documento à época do fornecimento. Assim, inexistente posicionamento claro e definitivo, conforme requisitado pelo Tribunal.

4.7 Prosseguindo, no que tange às assinaturas, mesmo que não seja da responsabilidade da SAF exigí-las, presume-se que seja sua a tarefa de verificar se estas foram apostas nos documentos e se as datas correspondentes são compatíveis. Caso contrário, ter-se-á como válidas DAPs que não apresentam a chancela do requerente e, muitas vezes, do emitente. Ou ainda, casos em que o requerente solicita a emissão do documento, assina em determinada data e tem a emissão autorizada meses antes, conforme alguns casos que constam da relação enviada ao ministério. Diante disso, pergunta-se: qual a confiabilidade de tais documentos?

4.8 Outro ponto que merece ser destacado é a afirmação do responsável (pela resposta) no sentido de inexistir irregularidade em 272 documentos enviados para análise, tendo em vista que, especificamente para estes casos, foi detectada a emissão e o registro de DAPs em datas posteriores àquelas questionadas pela diligência. Ora, a emissão posterior de DAP não retroage para validar a condição de agricultor familiar, nem muito menos pode ser aceita como medida suficiente para regularizar a situação daqueles que participavam do programa do leite sem demonstrar formalmente o atendimento das condicionantes previstas. Ademais, mais uma vez, permanece sem resposta o questionamento principal: essas DAPs (supostamente) emitidas eram válidas à época do fornecimento?

4.9 Sobre a eficácia do sistema da SAF, foi informado que este está devidamente preparado para não aceitar DAPs que não atendam aos requisitos legais previstos. Entretanto, como visto ao longo do processo de fiscalização, diversas declarações foram emitidas e inseridas no sistema, mesmo seus detentores não atendendo os ditos requisitos. Tem-se, como exemplo dessa ocorrência, os produtores que ocupavam cargos na Administração Pública e que, dessa forma, não poderiam participar do programa, uma vez que não se enquadravam na condição de pronação.

4.10 Nesse mesmo diapasão, o gestor afirma que as DAPs emitidas eram homologadas pela SAF, o que garantiria, em tese, sua validade, não afastando, contudo, a ocorrência eventual de emissões irregulares deliberadas pelos órgãos locais. Verifica-se, contudo, que é questionável a afirmação. Primeiro, em razão de o número de DAPs supostamente não homologadas não ser pequeno (como ele afirma). Segundo, porque, mesmo dentre as homologadas, foram verificados diversos casos irregulares. Como exemplo, podem ser citados, mais uma vez, os servidores públicos que detinham o documento e que participavam do programa do leite, mesmo não preenchendo os requisitos legais para tal.

4.11 Ainda sobre este ponto, foi ventilada a ocorrência de possíveis problemas de comunicação entre os sistemas da SAF e dos emissores. Tal hipótese não justifica a diversidade de ocorrências irregulares levantadas, sendo, na verdade, uma janela para o cometimento de outras tantas impropriedades, as quais poderiam facilmente ficar camufladas sob o manto de ‘falhas de equipamentos’, ‘falha no processo de transmissão’ e outras tipologias.

4.12 Continuando, consta afirmação no sentido de que a emissão de DAPs manualmente foi

encerrada em 2008, pois não havia mais demanda por essa alternativa, sendo que, a partir de 2006, não foram mais distribuídos formulários para a emissão manual de declarações do pronaf. Além disso, como alega o responsável, nenhum dos documentos remetidos pelo Tribunal foi emitido manualmente, sendo todos de natureza eletrônica.

4.13 Estranha essa afirmação, tendo em vista que os documentos ora questionados apresentam-se, em sua esmagadora maioria, na forma de cópias de formulários preenchidos à mão, muitas vezes pouco legíveis. Não ficou claro, portanto, por que razão o gestor considerou que tais DAPs possuem natureza eletrônica.

4.14 Por fim, foi informado que a SAF ainda espera resposta de órgãos emissores locais acerca da regularidade de algumas DAPs. Sobre este ponto cabem duas considerações. Em primeiro lugar, se os sistemas informatizados da Secretaria garantem, de fato, a segurança e confiabilidade dos documentos, não deveria ser necessário recorrer a qualquer tipo de confirmação por parte das entidades locais. Mostra-se, portanto, contraditória tal medida.

4.15 Desse modo, verifica-se que a primeira manifestação não atendeu à diligência de forma satisfatória, permanecendo algumas lacunas, notadamente no que tange à emissão de posicionamento conclusivo acerca da validade de cada uma das DAPs listadas.

Resposta da Diligência – Segunda Manifestação

5. Na segunda oportunidade, o ministério traz, de modo geral, as mesmas informações e esclarecimentos já juntados quando de sua primeira resposta, sendo que, desta vez, o ofício foi assinado pelo Sr. Secretário de Agricultura Familiar.

5.1 O órgão tece as mesmas considerações acerca dos normativos que tratam da matéria, frisando que, somente a partir de dezembro de 2008, passou-se a exigir que as DAPs emitidas manualmente fossem devidamente registradas no banco de dados do então MDA para efeito de validação, segundo disposições contidas na Portaria SAF/MDA 85/2008.

5.2 Quanto às divergências de datas verificadas em inúmeras DAPs, o ministério esclarece que não existe qualquer disposição normativa que exija a coincidência entre as datas de assinatura do agente emissor do documento e o requerente. No entanto, afirma inexistir justificativas para as discrepâncias observadas.

5.3 Prosseguindo, informa que a verificação acerca do atendimento das condições mínimas para emissão das DAPs era realizada quando da solicitação dos documentos. Ou seja, no momento em que o agricultor requeria a DAP, o agente responsável procedia à verificação, oportunidade em que poderia, inclusive, recusar a emissão em caso de inconsistência na declaração do interessado.

5.4 No que se refere à regularidade das DAPs listadas, nesta nova manifestação, o órgão reconheceu como válidas 452 declarações, uma vez que estas teriam preenchido os requisitos exigidos à época da emissão. Por outro lado, 140 não foram reconhecidas como válidas em virtude da ausência da assinatura do agricultor ou do agente emissor (60 casos), dificuldades de identificação das informações de alguns campos (78 casos) e emissão após dezembro de 2008 sem constar da base dados do então MDA (2 casos).

5.5 Por fim, o Sr. Secretário de Agricultura Familiar solicita que seja considerado o ofício GAB/SAF 481 (segunda resposta), de 17/6/2015, em substituição ao ofício GAB/SAF 191 (primeira resposta), de 19/3/2015.

Análise da Segunda Manifestação

6. Comparando as manifestações, observa-se que seu conteúdo é bastante semelhante no que se refere, por exemplo, à questão da descrição dos normativos e da emissão das DAPs, dentre outros pontos.

6.1 Quanto à questão de divergências de datas, deve-se frisar que em nenhum momento se falou que deveria ocorrer coincidência entre as assinaturas do requerente e do emissor. Em verdade, foram questionados casos em que a DAP era assinada pelo agente responsável antes de ser requerida, ou seja, o documento era emitido antes de ser solicitado.

6.2 Assim, quanto a este ponto específico, constata-se que o ministério não se posicionou de forma clara, limitando-se a considerar inválidas as declarações na quais encontrava-se ausente pelo menos uma das assinaturas necessárias.

6.3 Ainda em relação à emissão do documento, cumpre ressaltar que o procedimento se mostra (ou se mostrava à época) bastante frágil, uma vez que é precária a comprovação do efetivo preenchimento dos requisitos para qualificação como produtor familiar. Nesse sentido, observa-se que, segundo o próprio órgão, a ‘conferência’ era feita no momento da emissão, ou seja, não havia qualquer tipo de investigação mais aprofundada, o que, obviamente, dá margem ao cometimento de toda a sorte de irregularidades.

6.4 Exatamente por essa razão, quando da proposição de mérito, deverá ser proposta recomendação ao órgão para que adote mecanismos adicionais de verificação e/ou investigação acerca da efetiva condição de produtor pronaflano, por ocasião da emissão ou da homologação de DAPs.

6.5 Prosseguindo, quanto ao ponto principal (validade das declarações), observa-se que o ministério atestou a veracidade de 452 documentos. Considerando que lhe cabe a homologação das DAPs, adotar-se-á o mesmo posicionamento na presente instrução, ou seja, as declarações tidas por regulares pelo ministério serão aceitas para efeito de afastamento dos débitos correspondentes aos valores pagos a fornecedores que, inicialmente, foram tidos por irregulares.

6.6 Desse modo, considerando o acolhimento do entendimento do órgão, foram confeccionadas novas tabelas de débitos (peça 95), as quais são constituídas por aquelas já existentes, agora submetidas às necessárias adequações relativas à exclusão dos produtores considerados regulares.

6.7 Ainda a respeito das conclusões acerca da regularidade das 452 DAPs, necessário tecer algumas breves considerações. Inicialmente, vale ressaltar que não houve, por parte do então MDA, qualquer procedimento mais aprofundado na verificação realizada. Inexistiu, por exemplo, qualquer providência no sentido de investigar a situação dos produtores listados, se estes realmente possuem (ou possuíram) gado leiteiro, sua suposta condição de pequeno produtor pronaflano, existência de vínculos trabalhistas ou empresariais, dentre outros itens. Assim, as conclusões a que chegou o órgão fundamentam-se em aspectos formais / documentais.

6.8 Logicamente, dentre esses 452 fornecedores, pode haver casos em que o detentor da DAP não se enquadre na definição de pequeno produtor rural, ou possua vínculos laborais que o afaste de tal condição. De qualquer forma, como dito anteriormente, considerando ser o MDA o responsável pelo sistema de emissão e, principalmente, homologação das declarações, e levando-se em conta a necessidade do prosseguimento do exame deste e de outros processos, as conclusões referidas serão acolhidas integralmente.

6.9 Por fim, também deve ser registrado que, no âmbito desta Secretaria de Controle Externo, não foram realizados cruzamentos adicionais relativamente aos supostos fornecedores de leite listados, ou seja, inexistiu qualquer crítica em relação às derradeiras informações prestadas pelo ministério.

6.10 Finalmente, uma vez atendida a diligência e após o exame dos elementos dela advindos, volta-se à análise das alegações de defesa juntadas pela ACCOP e pelos demais responsáveis, Sr. Gilmar Aureliano de Lima e Sra. Antônia Lúcia Navarro Braga.

Alegações de Defesa da Sra. Antônia Lúcia Navarro Braga

7. Inicialmente, a responsável argumenta que o cargo de Presidente da FAC ‘sempre foi e continua sendo ocupado por pessoas de cunho mais político do que técnico, razão pela qual a transitoriedade de seus gestores é um fato incontestável’. Tal fato teria como consequência a descontinuidade administrativa, razão pela qual, segundo alega, todo novo ocupante do cargo teria que lidar com diversas irregularidades a serem sanadas, mesmo diante da ausência de condições de fazê-lo de imediato.

7.1 Prosseguindo, registra que sua gestão compreendeu o período de março de 2009 a dezembro de 2010 e afirma que, ao assumir a Presidência da FAC, encontrou falhas que foram sanadas de acordo com as disponibilidades de pessoal e de recursos, visando a continuidade dos programas executados pela entidade, bem como o atendimento da população mais carente do Estado da Paraíba.

7.2 Adentrando especificamente o primeiro item da citação (ausência de DAP), a

responsável afirma que todos os produtores contratados cumpriam regularmente os requisitos previstos nos convênios firmados com o MDS. Intentando comprovar sua alegação, a ex-gestora apresenta planilhas fornecidas pelo Núcleo de Tecnologia da Informação da própria FAC, onde constam os produtores que teriam fornecido leite durante o período em que a Sra. Antônio Lúcia Braga presidiu a entidade. Nas referidas tabelas, encontram-se os nomes dos ditos produtores, separados por laticínio, contendo informações individuais relativas ao CPF e ao número da DAP.

7.3 De acordo com a responsável, as planilhas comprovariam a regularidade de todos os fornecedores de leite, sendo que, à época, não existiria qualquer produtor contratado que não possuísse sua inscrição no Pronaf.

7.4 No tocante ao segundo ponto do ofício de citação (vínculos empregatícios com a Administração), a ex-Presidente da FAC argumenta, de forma incisiva, que jamais ocorreu qualquer caso de contratação e pagamento de produtores com vínculos laborais em órgãos ou entidades públicas.

7.5 Prosseguindo, afirma que, mesmo que tal situação tivesse realmente ocorrido, não lhe caberia qualquer responsabilização, uma vez que o cadastro de produtores aptos ao programa seria disponibilizado pela Emater/PB. Assim, de acordo com a ex-gestora, tais cadastros não poderiam ser por ela questionados, tendo em vista sua elaboração ter sido executada por entidade pública habilitada para tal.

7.6 Finalizando sua defesa para este item, a Sra. Antônio Lúcia Braga argumenta que a lista de fornecedores aptos é fornecida pela Emater desde que o programa começou a ser executado pela fundação, sendo que todos os produtores contratados estariam ‘em total conformidade com as normas estabelecidas pelo Ministério do Desenvolvimento Social’.

7.7 A ex-Presidente da FAC ainda apresenta vasta argumentação relativa a outros pontos apontados como irregularidades no relatório de auditoria, a exemplo da falta de controle sistemático da qualidade do leite distribuído, realização de dispensa de licitação e existência de pessoas cadastradas como beneficiários consumidores que não poderiam estar inseridos no programa.

Análise

8. A ex-Presidente da FAC iniciou sua defesa discorrendo acerca da natureza do cargo por ela ocupado e sua transitoriedade, bem como a consequente descontinuidade administrativa. Segundo afirmou, cada novo gestor empossado deveria lidar com fatos e situações previamente existentes, não contando, entretanto, com as condições necessárias para a sua solução.

8.1 O argumento inicial apresentado não é de todo inválido e já foi utilizado quando da apresentação de razões de justificativa no âmbito do TC 004.633/2011-3. Por essa razão, cabe aqui a mesma análise já empreendida naqueles autos.

8.2 É fato que um novo gestor receberá de seu antecessor um conjunto de pontos que demandarão sua atenção, estando aí incluídas desde as pequenas falhas de caráter meramente formal ou administrativo até as irregularidades mais graves, as quais exigirão sua imediata atuação. O mesmo pode ser dito em relação à suposta natureza política do cargo e sua transitoriedade, fatos que não se prestam a afastar a responsabilidade imputada. Caso tais argumentos fossem aceitos, estaríamos caminhando para institucionalizar, de vez, a impunidade no país, tendo em vista que a transitoriedade, a descontinuidade e o critério político de nomeações há muito fazem parte do cenário da Administração Pública nas três esferas.

8.3 Ademais, como dito, esse fato (infelizmente) é corriqueiro e de pleno conhecimento daqueles que são nomeados para desempenharem tais funções. É de responsabilidade do novo gestor identificar as impropriedades existentes e adotar prontamente as providências para sua correção. Nesse ponto, verifica-se que a Sra. Antônio Lúcia Braga afirmou ter conhecimento de que o programa apresentava diversas falhas que precisavam ser sanadas. Algumas dessas falhas poderiam ter sido objeto de pronta atuação da então gestora, a exemplo de um rigoroso recadastramento dos beneficiários consumidores. Fala-se aqui não de uma mera troca de cartelas, mas sim de um procedimento amplo, em que agentes da FAC, ou do próprio Estado, revisariam a situação de cada família atendida, verificando se ainda estariam cumprindo os requisitos para sua inserção.

8.4 O mesmo poderia ter sido feito com todos os beneficiários produtores inscritos. Por exemplo, um cadastramento completo e rigoroso, com o auxílio da EMATER e da SEDAP, poderia ter identificado diversas situações, a exemplo de produtores sem DAP e outros que, embora supostamente fornecessem leite ao programa, possuíam vínculos empregatícios com prefeituras ou com o próprio Estado da Paraíba. Outros pontos ainda poderiam ser citados, a exemplo do controle deficiente das quantidades entregues pelos laticínios nos postos de distribuição.

8.5 Desse modo, embora já tivesse ciência de boa parte dos problemas existentes, a responsável optou por esperar a realização de auditoria operacional por parte da Controladoria Geral do Estado, trabalho que, por razões óbvias, demandaram um considerável tempo para sua efetivação, envolvendo todo um processo de planejamento, execução e elaboração de relatório final.

8.6 Como consequência, permaneceram as irregularidades no programa, principalmente aquelas consideradas mais graves e que demandavam atuação imediata da então gestora, a exemplo da inserção de produtores e consumidores que não cumpriam as exigências para participação no programa.

8.7 Prosseguindo, verifica-se que, mesmo depois da ciência das conclusões presentes no relatório da CGE, não foram adotadas medidas capazes de inibir a perpetuação das impropriedades existentes. Não pode, portanto, ser acolhido este primeiro ponto da defesa.

8.8 Sobre a primeira alegação apresentada, verifica-se que a responsável apresentou planilhas em que constaria a comprovação de regularidade de todos os produtores cadastrados, contratados e pagos pela FAC no período de sua gestão.

8.9 As referidas tabelas são originárias do Núcleo de Tecnologia da Informação da FAC, ou seja, têm a mesma origem daquelas fornecidas pela própria entidade à equipe de fiscalização, quando da realização da auditoria. Ademais, a responsável não comprovou a existência e a validade das DAPs daqueles supostos produtores cuja situação foi inicialmente identificada como irregular.

8.10 Em verdade, como lhe cabe o ônus da prova, cumpriria à ex-gestora apresentar a comprovação de regularidade cadastral de cada um daqueles que supostamente teriam fornecido leite ao programa. Contudo, limitou-se a juntar as mesmas planilhas já disponibilizadas (à equipe de auditoria) pela FAC, o que não pode ser aceito para atestar a regularidade da situação dos supostos fornecedores. Deve ser registrado, para rememorar os fatos, que a elaboração da listagem de produtores sem DAP foi resultado do cruzamento das informações fornecidas pela FAC com aquelas oriundas do então Ministério do Desenvolvimento Agrário. Um maior detalhamento sobre os procedimentos adotados pode ser encontrado no TC 004.633/2011-3.

8.11 Prosseguindo, observa-se que a ex-gestora afirma taxativamente que as informações ali contidas comprovariam que todos os fornecedores encontravam-se cumprindo plenamente os ditames previstos nos convênios firmados com o MDS, inexistindo qualquer produtor contratado que não possuísse sua DAP. Contudo, não é isso que se constata nas planilhas anexadas aos autos.

8.12 Examinando rapidamente as informações presentes nas tabelas, saltaram aos olhos diversas irregularidades. Dentre estas, podem ser citadas, a título de exemplificação, as abaixo indicadas:

Irregularidade identificada	Produtores Envolvidos	Localização no Processo
Ausência de número de DAP	Edvan Moreira	Peça 24, p. 10
Ausência de número de DAP	Gabriel de Lima	Peça 24, p. 10
Ausência de número de DAP	Maria Lucielma	Peça 24, p. 13
Ausência de número de DAP	Artur Estrela	Peça 24, p. 19
Produtor com dois CPFs diferentes	José Acildo	Peça 26, p. 8
Produtor com dois CPFs diferentes	Antônio Araújo da Silva	Peça 27, p. 7
Produtores com o mesmo nº de DAP	Ivan Cavalcante e Adonias Monteiro	Peça 27, p. 19 e p. 27
Produtores com o mesmo nº de DAP	Cícero Solon e Júlio Cesar Santa Cruz	Peça 27, p. 16 e p. 22
Produtores com o mesmo nº de	Paulo Serafin e Elizinaldo Pereira	Peça 27, p. 17 e p. 24

DAP		
Produtores com o mesmo nº de DAP	Roberto Salustiano e Fernando Nunes	Peça 27, p. 17 e p. 25
Produtores com o mesmo nº de DAP	Givaldo de Farias e Weslei Medeiros	Peça 27, p. 18 e peça 29, p. 5
Produtores com o mesmo nº de DAP	Francisco de Assis Rodrigues e Francisco de Assis Santos	Peça 31, p. 18

8.13 Desse modo, as próprias planilhas juntadas pela defendente apresentam diversas irregularidades, incluindo pessoas diferentes com o mesmo número de DAP e a própria ausência do documento. Ressalte-se que tais pontos foram observados apenas em uma leitura superficial da documentação, não tendo ocorrido novos cruzamentos de dados ou aprofundamento da análise. Mesmo assim, o exame mostrou-se suficiente para demonstrar que as planilhas anexadas não se prestam a qualquer tipo de comprovação quanto à regularidade do cadastro dos produtores que supostamente forneceram leite ao programa.

8.14 Continuando, mostra-se necessário rememorar que o próprio ministério concedente (MDS) apontou diversas irregularidades relacionadas aos produtores de leite, inclusive a existência de supostos fornecedores que nem mesmo gado leiteiro possuíam (vide detalhamento nas peças 85, 27 e 31 do TC 004.633/2011-3). Tais ocorrências foram constatadas pelo MDS quando da realização de monitoramento da execução do programa, nos exercícios de 2009 e 2010, ou seja, durante a gestão da Sra. Lúcia Braga. Tal fato reforça a tese de que a responsável tinha ciência da existência das irregularidades aqui tratadas, bem como corrobora a conclusão acerca da impossibilidade de as planilhas por ela fornecidas servirem para qualquer comprovação de regularidade cadastral de fornecedores.

8.15 De qualquer modo, em atendimento pleno aos princípios do contraditório e ampla defesa e para que não restassem quaisquer dúvidas, decidiu-se diligenciar o então Ministério do Desenvolvimento Agrário para que este informasse acerca da regularidade de cada produtor listado, esclarecendo sobre a posse de DAP, data de emissão e órgão expedidor. Registre-se que tal diligência foi formulada quando no âmbito do TC 025.035/2013-4 (instrução na peça 57 daqueles autos).

8.16 Devidamente notificado, o MDA apresentou sua resposta, a qual se encontra juntada nas peças 63 a 70, todas do mencionado TC 025.035/2013-4, ora anexadas aos presentes autos nas peças 87 a 94. Como resultado da diligência, apenas dois produtores listados tiveram sua situação alterada. Ou seja, o ministério manteve seu posicionamento em relação a todos os demais fornecedores considerados como irregulares.

8.17 Ainda em relação a este ponto, é pertinente repisar a realização de outra diligência, esta no âmbito dos presentes autos, a qual já foi detidamente descrita e analisada em tópico próprio. Importa, neste momento, apenas deixar claro que as ínfimas alterações oriundas da primeira diligência mencionada (diferença de menos de R\$ 10.000,00 no débito total) já se encontram devidamente incorporadas nas novas planilhas de débitos confeccionadas (peça 95).

8.18 Passando à segunda parte da defesa da Sra. Antônia Lúcia Braga, constata-se que a responsável afirmou que jamais ocorreu a contratação e pagamento de qualquer produtor que possuísse vínculo com órgãos ou entidades públicas. Contudo, não apresenta qualquer documento ou elemento adicional em seu favor. Em adição, informa que as listas de fornecedores aptos eram elaboradas e disponibilizadas pela Emater/PB, razão pela qual não caberia sua responsabilização pelos fatos apontados.

8.19 A simples negativa da ocorrência do fato, desacompanhada de quaisquer elementos probatórios, não afasta a irregularidade verificada na auditoria realizada e que constitui um dos dois pontos que motivaram a citação da ex-gestora. Conforme minuciosamente descrito no âmbito do TC 004.633/2011-3, a relação de fornecedores que apresentavam vínculos com a Administração Pública foi confeccionada com base no cruzamento de planilhas (de produtores contratados) passadas pela própria FAC com informações presentes em bancos de dados públicos, nos quais é possível verificar a existência de relações empregatícias e sua duração.

8.20 Assim, ao contrário do que afirmou a responsável, a irregularidade apontada ocorreu e encontra-se fartamente documentada, conforme pode ser visto nas peças 69 a 75 do TC

004.633/2011-3).

8.21 Quanto ao afastamento da responsabilidade da Sra. Antônia Lúcia Braga em detrimento da Emater, verifica-se não ser possível. Os gestores da FAC, na qualidade de executores do programa, eram os responsáveis diretos por sua operacionalização, inclusive no que se refere à autorização para pagamentos de fornecedores, oportunidade em que deixaram de observar os normativos que regem a matéria (resoluções do Grupo Gestor do PAA) e os próprios ditames contidos nos convênios firmados com o MDS.

8.22 Assim, caberia à responsável zelar para que fossem incluídos como fornecedores de leite ao programa apenas aqueles pequenos produtores familiares possuidores do DAP, os chamados pronafricanos, o que de fato não ocorreu, tendo em vista a constatação de que houve pagamento a pessoas estranhas ao programa (servidores e empregados públicos), sem garantia real de que fossem produtores de leite e de que tenha havido efetivamente entrega do produto.

8.23 Desse modo, não se mostra possível acolher as alegações de defesa apresentadas oferecidas pela Sra. Antônia Lúcia Braga.

8.24 Finalmente, deve ser registrado que a ex-gestora ainda apresentou defesa para outros pontos elencados como irregularidades no âmbito do TC 004.633/2011-3, que trata do relatório de auditoria, dentre os quais citam-se a falta de controle sistemático da qualidade do leite distribuído, realização de dispensa de licitação e existência de pessoas cadastradas como beneficiários consumidores que não poderiam estar inseridos no programa. Contudo, tais pontos não foram objeto de questionamento no ofício citatório, nem constituem tema específico deste processo. Além disso, já foram objeto de análise quando da instrução daqueles autos, razão pela qual não serão aqui novamente examinados.

Alegações de Defesa do Sr. Gilmar Aureliano de Lima

9. O responsável inicia sua defesa afirmando não ter havido qualquer omissão de sua parte, no período em que esteve à frente da FAC, no que tange ao cumprimento das disposições previstas nos convênios firmados com o MDS.

9.1 Utilizando-se de trecho do próprio relatório de auditoria, discorre sobre a complexidade e abrangência do programa e descreve a situação em que se encontrava a entidade quando de sua posse no cargo, contemplando diversos problemas, dentre os quais a ausência de controles e inexistência de sistema informatizado.

9.2 Afirma ter adotado uma série de medidas julgadas necessárias, a exemplo do desenvolvimento de controle interno próprio, informatização, controles na distribuição e no recebimento do leite, troca de cartelas dos beneficiários consumidores, celebração de parceria com os Correios, dentre outros pontos. Considerando o rol de providências e medidas adotadas, o gestor afirma que observou os princípios da Administração Pública, razão pela qual não deveriam prosperar as irregularidades a ele atribuídas.

9.3 Prosseguindo, alega existirem inconsistências no relatório que estariam prejudicando seu direito ao contraditório e à ampla defesa. Neste sentido, cita a descrição dos efeitos / consequências do achado de auditoria, conforme descrito no relatório. O ex-gestor parece questionar uma suposta incoerência entre a descrição apresentada e sua classificação como 'efeito real'.

9.4 Outra suposta falha apontada pelo defendente se refere aos produtores que foram listados como não possuidores de DAP. De acordo com o ex-Presidente da FAC, existiriam diversos fornecedores que, em verdade, seriam detentores do referido documento, o que levaria a questionamentos acerca da 'eficiência dos procedimentos adotados'. Para comprovar sua tese, relatou pesquisa por ele realizada na página do então MDA, tendo por base os dados presentes no documento intitulado 'tabela 6' (vide peça 78, p. 6, do TC 004.633/2011-3), cujo conteúdo relaciona produtores sem DAP.

9.5 Após a conclusão de sua pesquisa, teria sido observado que os seguintes fornecedores seriam legítimos possuidores de DAP, tendo sido indevidamente relacionados na referida tabela elaborada pela equipe de auditoria: Antônio Alves de Queiroz, Cloves Bastos da Silva, Elza Maria Monteiro de Queiroz, Geraldo Pereira Barbosa, Humberto Assis de Almeida, José Belo Sobrinho,

Josecleide Severina Oliveira de Farias, Josefa Barbosa dos Santos, Valda Gomes da Silva, Ubiragival Nunes Menezes, Antônio Severino do Nascimento, José Ariosto Gonçalves Couto e José da Guia Cordeiro da Costa.

9.6 Em adição, o responsável assevera não ser confiável a própria página de pesquisa do MDA, uma vez que esta não verificaria a legalidade dos CPFs a serem consultados.

9.7 Continuando, o Sr. Gilmar Aureliano alega ilegitimidade passiva, argumentando que estes autos não conteriam ‘qualquer elemento crível capaz de erigir as asserções maledicentes’.

9.8 O responsável afirma que tinha sob sua atuação direta apenas o controle dos beneficiários consumidores do programa e que seria função da Emater/PB e da Secretaria Estadual de Desenvolvimento da Agricultura e Pesca (Sedap) a emissão, o controle e o acompanhamento das declarações de aptidão ao Pronaf.

9.9 A seguir, passa a descrever como eram os processos de pagamentos, esclarecendo que os laticínios remetiam à FAC relação com nomes de produtores e respectivas DAPs, documentos que, insiste, não teriam que ter sua regularidade por ele questionada.

9.10 Prosseguindo, argumenta que para atribuir responsabilidade é necessário que se aponte o ato ilícito praticado, o prejuízo causado e o nexo de causalidade, o que não seria possível no presente caso, considerando que não se poderia responsabilizar alguém por ato alheio, principalmente considerando a inexistência de má fé, locupletamento, enriquecimento ilícito ou violação aos princípios constitucionais.

9.11 De acordo com o ex-Presidente da entidade, para imputar responsabilidade a um agente, mostra-se necessário demonstrar a existência de culpa deste. Do mesmo modo, no que tange à solidariedade, alega que esta decorre da lei, da vontade das partes ou da prática de ato ilícito.

9.12 Finalizando sua defesa para o primeiro ponto da citação, afirma ter atuado com zelo e não ter praticado qualquer ato que tenha resultado em prejuízo ao erário, sendo que as condutas descritas como irregulares são todas da competência de outros órgãos governamentais.

9.13 Adentrando o segundo item da citação, o Sr. Gilmar Aureliano argumenta que no relatório de auditoria é descrito que teriam sido violados os ditames presentes nos convênios 66/2007 e 7/2009 e nas Resoluções 16/2005 e 37/2009. Ocorre que, segundo afirma, o convênio 7/2009 e a Resolução 37/2009 são posteriores ao término de sua gestão na FAC, fato que ocorreu em fevereiro de 2009.

9.14 Prosseguindo, descreve o que se seria um ‘desencontro de ideias’ no relatório de auditoria. Segundo alega, atribui aos ex-gestores da FAC responsabilidade pela falta de zelo e cuidado para que fossem incluídos no programa apenas os pequenos produtores familiares possuidores de DAP. Por outro lado, no mesmo relatório, ainda de acordo com o defendente, existe afirmação no sentido de que, no tocante às usinas de leite, as avenças firmadas com o MDS teriam se limitado a determinar que estas deveriam manter atualizados seus cadastros de produtores. Não haveria qualquer obrigatoriedade de os fornecedores serem pronafianos, ou seja, pequenos produtores familiares possuidores de DAP.

9.15 Afirma o ex-gestor que, mais a diante, ainda no relatório, a própria equipe de auditoria descreve as exigências presentes nos contratos firmados entre a fundação e os diversos laticínios, onde se lê, por exemplo que as contratações são efetivadas para atendimento das necessidades decorrentes da execução do Programa do Leite, sendo celebradas sob a égide das normas que regem a matéria (resoluções do Grupo Gestor do PAA). Em adição, o Sr. Gilmar Aureliano ressalta os procedimentos adotados pela FAC, previstos nos contratos, para a solicitação de pagamento, o que incluiria a apresentação das listas de produtores familiares que forneceram leite, as quantidades fornecidas, seus nomes, CPFs e nº de DAP.

9.16 Ainda sobre os contratos firmados, transcreve novos trechos do relatório de auditoria onde consta conclusão no sentido de que os laticínios tinham pleno conhecimento de que apenas os pequenos produtores familiares pronafianos poderiam participar do programa, o que não foi observado, fato que concorreu para a ocorrência da irregularidade verificada.

9.17 Continuando sua defesa, reitera o argumento de que tinha sob sua responsabilidade apenas o controle dos beneficiários consumidores e dos pagamentos realizados aos fornecedores do

produto, razão pela qual não pode ser responsabilizado pelas irregularidades constatadas na fiscalização.

9.18 Finalizando sua argumentação, o Sr. Gilmar Aureliano afirma não poder prosperar a alegada ‘ausência da necessária confirmação do efetivo recebimento, beneficiamento e distribuição do leite oriundo dessas pessoas’, sendo estas últimas os produtores que se encontravam irregularmente inscritos no programa. Justifica o ex-gestor que, no período de julho de 2006 a fevereiro de 2009, o ‘gráfico de pagamento’ apresenta variações para menos em função de desabastecimento da bacia leiteira do Estado ocorrido nos anos de 2007 e 2008, o que comprovaria sua tese acerca do efetivo recebimento, beneficiamento e distribuição do produto.

Análise

10. Quanto à primeira afirmação do ex-gestor, ao contrário do que pretende, verificou-se no curso da auditoria realizada que houve omissão e falta de zelo de sua parte. Como comprovação, basta observar as duas graves irregularidades aqui tratadas, bem como os outros pontos que foram objeto de audiência no âmbito do TC 004.633/2011-3. Os desvios verificados só foram possíveis graças à inoperância da FAC e de seus gestores, dentre eles o Sr. Gilmar Aureliano, que não adotaram medidas capazes de impedir que o Programa do Leite fosse alvo de toda a sorte de impropriedades. As providências listadas pelo responsável não se mostraram suficientes nem muito menos eficazes nesse sentido.

10.1 À título de exemplo, podem ser citadas a informatização e os controles de entrega de leite nos postos. Os bancos de dados (informatizados) da FAC serviram de base para os cruzamentos de informações que resultaram nas listagens de produtores sem DAP e produtores com vínculos empregatícios na Administração Pública. Ou seja, no próprio sistema informatizado da FAC já seria possível ao gestor fazer uma crítica dos fornecedores contratados, oportunidade em que facilmente constataria vários casos irregulares. Ou seja, embora implantado, o sistema informatizado não se prestou nem foi utilizado na inibição ou detecção de fraudes.

10.2 O mesmo se pode dizer em relação aos controles de entrega de leite nos postos. Conforme descrito no relatório de auditoria, em muitos casos os pontos de distribuição funcionavam em imóveis cedidos pelas próprias usinas, as quais detinham as chaves dos imóveis e, muitas vezes, preenchiam os referidos formulários de recebimento. Ou seja, embora implantado tal controle, que confiabilidade poderia a ele ser atribuída diante do quadro apresentado?

10.3 Prosseguindo, passa a discorrer acerca de supostas ‘inconsistências’ presentes no relatório de fiscalização, as quais teriam prejudicado seu direito ao contraditório e ampla defesa. Nesse sentido, cita a descrição do efeito / consequência do achado de auditoria e parece questionar uma suposta incoerência quando tal descrição é classificada como ‘efeito real’.

10.4 A intenção do ex-gestor é bastante clara e consiste na tentativa de desacreditar as conclusões e a metodologia presentes na fiscalização empreendida pelo Tribunal. Menos claro, entretanto, é em que medida uma suposta incoerência na classificação dos efeitos de um achado (se real ou potencial) poderia beneficiar sua defesa ou mesmo reduzir a credibilidade e a robustez do trabalho executado.

10.5 A aludida classificação é exigência presente no Sistema Fiscalis, de uso restrito ao próprio TCU, onde são cadastradas as fiscalizações e confeccionados os respectivos relatórios. Configura item meramente acessório, exigência de caráter formal ou burocrático, sem maiores implicações no desenvolvimento do trabalho ou mesmo de suas conclusões. Dessa forma, mesmo que se pudesse dar razão ao defendente, tal fato em nada lhe aproveitaria.

10.6 Continuando em sua tentativa de desacreditar o trabalho realizado, o responsável apresenta pequena listagem de produtores que, ao contrário do que afirma o relatório, seriam legítimos possuidores de DAP e, portanto, estariam aptos a integrar o programa.

10.7 A pesquisa efetuada pelo ex-gestor, por si só, não teria o condão de invalidar os procedimentos adotados e as conclusões da auditoria, uma vez que conta com apenas 13 indivíduos em um universo de centenas de produtores cuja situação foi apontada como irregular. Não obstante, adotou-se o cuidado de refazer os passos seguidos pelo Sr. Gilmar Aureliano, utilizando-se a página do MDA na internet para verificar a veracidade dos fatos.

10.8 O resultado obtido pode ser visto na peça 82 destes autos. Consta-se que nenhuma das DAPs listadas vigia quando do fornecimento de leite ao programa. Ou seja, os produtores indicados pelo Sr. Gilmar Aureliano não possuíam declaração de aptidão válida à época em que supostamente entregavam o produto aos laticínios.

10.9 Deve-se registrar, ainda, que, em alguns casos, as DAPs foram emitidas em 2013, quatro anos após o término da gestão do responsável, enquadrando-se nesta situação a Sra. Valda Gomes da Silva e o Sr. Antônio Severino do Nascimento. Tal fato pode, inclusive, ser entendido como indicio de má fé por parte do ex-Presidente da FAC, uma vez que este sabia que o questionamento presente no ofício de citação se refere à ausência de DAP válida à época do fornecimento. Assim, apresentar documentos emitidos após o período apontado pode ser visto como tentativa de ludibriar ou induzir ao erro este Tribunal, o que certamente não trará qualquer benefício à defesa apresentada.

10.10 Passando ao próximo argumento, o defendente afirma não ser confiável a pesquisa na página do MDA, em função da suposta ausência de verificação da validade dos CPFs consultados. Sobre este ponto, pode-se afirmar que não cabe ao Tribunal, à FAC ou mesmo ao responsável exigir que tal verificação seja feita. Em adição, caso existam CPFs cuja consulta retorne resultados indevidos em razão de numeração irregular, deverão tais casos ser debitados à conta da FAC e de seus gestores, uma vez que a listagem de produtores e respectivos CPFs é elaborada, alimentada e gerada pelos sistemas informatizados da própria fundação.

10.11 Prosseguindo, relativamente à alegação de ilegitimidade passiva, verifica-se que esta não procede. Conforme detalhado no relatório de auditoria e na primeira instrução destes autos, caberia aos gestores da fundação, na qualidade de dirigentes máximos da entidade, a adoção de providências no sentido de zelar pelo fiel cumprimento das resoluções do Grupo Gestor do PAA, dos termos contidos nos convênios celebrados com o MDS, bem como dos contratos firmados com as usinas beneficiadoras, tendo em vista o atingimento das finalidades previstas no programa, a exemplo do fortalecimento da cadeia produtiva local, incremento do consumo de leite, incentivo ao pequeno produtor familiar e redução da vulnerabilidade social, com combate à fome e à desnutrição. Contudo, tal não ocorreu, o que deu ensejo à perpetração não apenas das irregularidades aqui citadas (e que resultaram em débito), mas também a toda a sorte de impropriedades, resultando em um quadro de fraude generalizada ao programa.

10.12 Caberia sim aos gestores da FAC a verificação da legalidade e validade das DAPs, a condição de pronafianos dos fornecedores de leite, bem como se tais indivíduos realmente produziam o produto que era entregue às usinas. Tais ações deveriam e poderiam ter sido implementadas, mesmo que fossem realizadas fiscalizações em pequenos grupos de produtores com regularidade.

10.13 Caso a FAC e seus gestores, incluindo o Sr. Gilmar Aureliano, tivessem agido no sentido da realização de tais verificações, certamente teriam se deparado com pelo menos parte das situações apontadas como irregulares pela auditoria do Tribunal. Considerando o grande número de produtores sem DAP ou com vínculos no serviço público, é de se esperar que quaisquer fiscalizações empreendidas pela FAC tivessem como resultado achados idênticos aos aqui tratados. Contudo, como se sabe, não foi o que ocorreu.

10.14 Em adição, deve-se refutar com veemência a afirmação do gestor de que o relatório carece de ‘elemento crível’ ou que contém ‘asserções maledicentes’. Ao contrário do que pretende o defendente, o relatório apresenta farta documentação atinente aos achados apontados. Especificamente sobre os produtores sem DAP, a listagem de fornecedores irregulares foi confirmada e atestada pelo próprio MDA, após requisição formal expedida no curso dos trabalhos desenvolvidos (peça 39 do TC 004.633/2011-3). Da mesma forma, o achado relativo aos fornecedores com vínculos no serviço público encontra-se plenamente comprovado e respaldado por meio de cópias de documentos extraídos de banco de dados público onde é possível visualizar com facilidade a existência das relações laborais e sua duração (peças 69 a 75 do TC 004.633/2011-3). Em adição, a relação dos valores pagos pela FAC a produtores e laticínios também se encontra devidamente disponível para consulta (peça 34 a 38 do TC 004.633/2011-3), tendo sido fornecida pela própria fundação após extração realizada em seu sistema informatizado.

10.15 Sobre a alegação de que teria sob seu controle apenas os beneficiários consumidores, verifica-se que também não cabe acolhimento. Como já dito, a FAC era a entidade executora dos convênios firmados com o MDS. Assim, a ela caberia executar e gerir o programa, zelando para que todas as normas pertinentes fossem devidamente cumpridas, tendo por objetivo final o cumprimento do objeto pactuado. Nesse sentido, deveria, na pessoa de seus gestores, adotar todas as medidas possíveis cabíveis para atender os objetivos acordados, dentre eles o incremento da produção, com incentivos ao pequeno produtor familiar, e a ampliação do consumo de leite, por meio da distribuição do produto a pessoas em situação de insegurança alimentar.

10.16 Desse modo, era obrigação da FAC e de seus titulares garantir que o programa atendesse as pessoas que faziam parte do rol de possíveis beneficiários. Para isso, caberia à fundação agir de forma rigorosa e efetiva para garantir que apenas os pequenos produtores rurais (pronafricanos) fossem inseridos no programa. Não obstante, tal não ocorreu, haja vista que foram detectados diversos fornecedores que não se enquadravam nas condições exigidas e, mesmo assim, forneciam o produto aos laticínios beneficiadores.

10.17 Frise-se, mais uma vez, que poderiam ter sido adotadas pequenas fiscalizações rotineiras, por meio das quais a FAC, regularmente, verificasse a condição de determinados grupos de produtores, realizando visitas às propriedades. Nestas oportunidades, poderiam ser averiguadas questões documentais, sanitárias e até mesmo atinentes à atividade desenvolvida, tendo em vista que há casos relatados de produtores fantasmas, fornecedores residentes em outros estados da federação e até mesmo pessoas que supostamente estariam entregando leite a laticínios mesmo sem ter gado leiteiro.

10.18 Portanto, não cabe acatar a tentativa do responsável de afastar sua responsabilidade pelas irregularidades aqui tratadas.

10.19 Prosseguindo no que se refere à imputação de responsabilidade, entendo que esta se encontra perfeitamente caracterizada, ao contrário do que pretende a defesa, tendo sido claramente demonstrados a culpa do agente, os atos praticados e o nexo de causalidade, bem como esclarecidas as razões da solidariedade entre o gestor e os laticínios, tendo ambos concorrido para o cometimento das irregularidades que resultaram no dano apurado.

10.20 Adentrando as alegações de defesa para o segundo ponto do ofício citatório, o responsável argumenta que consta imputação de responsabilidade pela violação aos ditames presentes nos convênios 66/2007 e 7/2009 e nas Resoluções 16/2005 e 37/2009. Contudo, segundo afirma, o convênio 7/2009 e a Resolução 37/2009 são posteriores ao término de sua gestão na FAC, fato que ocorreu em fevereiro de 2009.

10.21 De fato, considerando a data em que se findou a gestão do Sr. Gilmar Aureliano (fevereiro de 2009), não cabe falar em desobediência à Resolução 37/2009, nem tampouco ao convênio 37/2009. Não obstante, permanecem perfeitamente válidos os demais dispositivos utilizados na citação, ou seja, o convênio 16/2005 e a Resolução 16/2005, os quais, aliás, apresentam conteúdo e disposições que, em essência, são os mesmos vistos nas normas sucessoras mencionadas.

10.22 Continuando sua defesa, o ex-gestor volta a atacar o relatório de auditoria afirmando existir ‘desencontro de ideias’. Segundo alega, a equipe de fiscalização o acusa de omissão ao permitir a entrada de fornecedores sem DAP no programa e, ao mesmo tempo, no mesmo relatório, consta que os convênios celebrados com o MDS se restringiam a exigir dos laticínios a atualização constante de seus cadastros de produtores. Por essa razão, concluiu que inexistiria qualquer exigência no sentido de apenas coletar leite de agricultores pronafricanos.

10.23 Mais uma vez, o Sr. Gilmar Aureliano tenta desacreditar o trabalho realizado pelo Tribunal alegando a existência de supostas inconsistências, incoerências ou ‘desencontro de ideias’. Em verdade, como dito e comprovado, os gestores da FAC, incluindo o defendente, foram, sim, omissos no tocante ao dever de zelar pela regular execução dos convênios firmados com o MDS, notadamente no que se refere à entrada de supostos fornecedores sem DAP ou com relações empregatícias com o serviço público.

10.24 Não há que se falar em qualquer ‘desencontro de ideias’, não existe incoerência em relação às disposições presentes no convênio atinentes aos laticínios. A avença firmada é bastante

clara ao estabelecer que apenas pequenos agricultores familiares possuidores de DAP são elegíveis para o programa. Ora, se apenas fornecedores com perfil pronafiano podem ser inseridos, por que razão poderiam as usinas coletar leite (para o mesmo programa) oriundo de fornecedores que não cumprissem tal requisito? Como visto, a assertiva do Sr. Gilmar Aureliano é desprovida de qualquer lógica e, longe de suscitar qualquer dúvida minimamente razoável, configura simplesmente mais uma tentativa de atacar o trabalho de fiscalização e o relatório dele decorrente.

10.25 Outro fato que deve ser mencionado é o conteúdo presente nos próprios contratos celebrados entre a fundação e os diversos laticínios. Conforme descrito no relatório de auditoria e na primeira instrução de estes autos, em todos os contratos firmados ficava explícito que as usinas somente poderiam adquirir leite de pequenos produtores possuidores de DAP, tendo em vista que as contratações eram realizadas para atender à execução dos convênios celebrados com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

10.26 Ou seja, a própria FAC fazia constar tais exigências dos contratos. Contudo, a entidade e seus gestores pecaram pela ausência de acompanhamento, fiscalização e zelo no sentido do efetivo cumprimento das cláusulas lá contidas, fato que concorreu decisivamente para a perpetração das irregularidades aqui tratadas.

10.27 Quanto ao último argumento apresentado, mostra-se necessário reafirmar que os controles exercidos pela FAC eram extremamente precários. Isso vale para as três etapas do programa.

10.28 Na etapa da produção, como visto, foram inseridos diversos produtores que não detinham os requisitos de elegibilidade exigidos. Na etapa do beneficiamento do produto, constatou-se ausência de controle sistemático de qualidade em alguns períodos e irregularidade na quantidade de leite nas embalagens. Na distribuição, foram observados beneficiários consumidores que não poderiam estar inseridos no programa, problemas de conferência do leite recebido dos laticínios, usinas com chaves de postos, dentre outros pontos.

10.29 Deve-se ressaltar, ainda, os resultados e conclusões advindos da ‘Operação Almateia’, ação desenvolvida conjuntamente pela Polícia Federal, Ministério Público Federal e Controladoria Geral da União (vide peça 2 destes autos e maior detalhamento no TC 004.633/2011-3). Naquela oportunidade, constatou-se um quadro de fraude generalizada ao programa, atingindo todas as etapas, incluindo a suposta captação de leite ao produtor, o beneficiamento e a distribuição do produto à população atendida, tudo com o objetivo de aumentar as quantidades de leite objeto dos pagamentos.

10.30 Constatou-se a existência de produtores ‘laranjas’, sem DAP, residentes em outros estados, sem gado leiteiro, etc. No beneficiamento, confirmou-se a adição de água e outros produtos químicos irregulares ao leite a ser distribuído, manipulação irregular das quantidades, dentre outros. Foram, ainda, apreendidos, junto às usinas, diversos documentos de controle utilizados pela própria fundação, uns preenchidos, outros não, o que reforça a extrema fragilidade da fiscalização e do acompanhamento do programa.

10.31 Em suma, a referida operação policial confirmou e complementou os achados apresentados em relatório pela equipe de auditoria deste Tribunal, tendo desbaratado verdadeiro esquema criminoso que contava, no mínimo, com a omissão da FAC e de seus gestores. Desse modo, diante de tantas constatações e considerando-se o quadro de total descontrole descrito, que garantias ou comprovações aceitáveis existem de que o leite (objeto das irregularidades apontadas) foi realmente coletado, beneficiado e distribuído? Como poderiam produtores sem DAP, alguns sem gado leiteiro, residentes em outros estados ou com vínculos públicos regulares efetivamente fornecer leite ao programa?

10.32 Em adição, em relação à alegação atinente ao que o gestor chamou de ‘gráfico de pagamentos’, é óbvio que a produção, o beneficiamento e os respectivos pagamentos sofrem decréscimos em períodos de desabastecimento provocados por estiagens ou outras condições desfavoráveis. Se assim não o fosse, estaria configurada mais uma irregularidade pela qual teriam que responder os gestores da fundação, além do que, a perpetuidade do mesmo volume de pagamentos mesmo sob as hipotéticas condições adversas representaria, no mínimo, um verdadeiro atestado de incompetência administrativa e falência absoluta de todo tipo de controle.

10.33 Por fim, vale ressaltar que, mesmo em relação a este último ponto, o ex-gestor se restringiu a apresentar seu argumento, não tendo juntado qualquer documento capaz de comprovar o que afirmou.

10.34 Como conclusão para o exame da defesa do Sr. Gilmar Aureliano, verifica-se que não cabe acolhimento das alegações oferecida, permanecendo sua responsabilidade pelas ocorrências aqui tratadas, bem como pelos débitos indicados.

Alegações de Defesa do Laticínio Acoop

11. A empresa inicia sua defesa afirmando não constar da citação a fundamentação para sua responsabilização solidária.

11.1 A seguir, assevera que houve equívoco da equipe de auditoria, uma vez que o laticínio não é responsável pela contratação e pagamento de produtores de leite. Sua atuação no programa estaria restrita ao recebimento do produto, junto a pequenos fornecedores pronafricanos, beneficiamento e distribuição nos postos indicados pela FAC. Não haveria vínculo contratual entre a usina e os pequenos fornecedores, apenas entre aquela e o ente público (FAC). A este último (função), caberia a responsabilidade pelos pagamentos aos produtores e à própria empresa pelo processamento do leite.

11.2 Dessa forma, alega que não é cabível imputar-lhe qualquer responsabilidade pela contratação e pagamento de produtores que estariam participando irregularmente do programa. Afirma que a usina só poderia ser responsabilizada civilmente caso houvesse contribuído de alguma forma para a ocorrência dos fatos apontados.

11.3 Prosseguindo, assevera que inexistia qualquer dispositivo legal ou mesmo cláusula nos convênios firmados que estabeleça qualquer responsabilidade do laticínio quanto aos pagamentos supostamente ilegais efetuados pelo Estado. Todos os normativos elencados no ofício citatório fariam referência exclusivamente ao ente público contratante.

11.4 Voltando à questão dos pagamentos, a Acoop alega que somente poderia ser solidariamente responsabilizada caso houvesse auferido qualquer benefício advindo dos pagamentos efetuados pela FAC aos produtores que estariam em situação irregular, fato que afirma não ter ocorrido.

11.5 Continuando sua defesa, a usina informa que os pequenos produtores que atendiam os requisitos necessários eram encaminhados pela própria empresa à entidade credenciada pelo então MDA para a emissão da DAP, de modo a ficarem aptos para participarem do programa. Contudo, afirma a defendente, tal procedimento não atrairia para si qualquer responsabilidade perante eventuais irregularidades no referido credenciamento.

11.6 Relativamente ao ponto referente aos produtores com vínculos no serviço público, a empresa alega que não detinha competência para emitir DAPs, nem tampouco tinha a obrigação de verificar se os fornecedores exerceriam outras atividades ou possuíam vínculos com a Administração Pública. Em adição, reafirma que sua função no programa se resumia a coletar o leite, beneficiá-lo e distribuí-lo nos postos da FAC, não realizando quaisquer pagamentos.

11.7 Adentrando o item atinente aos fornecedores sem DAP, a Acoop argumenta que o Tribunal considerou como irregulares diversos produtores que possuíam o documento exigido, mas que não constavam do banco de dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário, razão pela qual teriam sido erroneamente listados no achado de auditoria.

11.8 Mais uma vez, a defendente assevera que a responsabilidade pela regularidade da DAP expedida, ou mesmo pela eventual falha de comunicação entre o MDA e as entidades por ele autorizadas a emitirem o documento, não pode ser imputada à empresa, uma vez que são fatos alheios à sua competência.

11.9 Prosseguindo, afirma que as DAPs possuem validade de seis anos. Por essa razão, documentos emitidos, por exemplo, no exercício de 2003, estariam perfeitamente válidos até o ano de 2009. Contudo, muitas dessas DAPs mais antigas teriam sido emitidas pelos órgãos credenciados locais de forma manual, 'sem grande formalismo'. Mesmo assim, tais documentos teriam o mesmo valor legal daqueles emitidos e cadastrados no MDA. Não obstante, ainda segundo a empresa, o TCU teria considerado tais produtores como irregulares pelo simples fato de suas

declarações de aptidão não terem sido comunicadas ao MDA e devidamente inseridas no sistema de cadastro do referido ministério.

11.10 Ainda em relação às declarações de aptidão, a Acoop afirma que, até novembro de 2008, não existiria obrigatoriedade de registro das DAPs no sistema do MDA e, por esse motivo, os documentos emitidos por órgãos credenciados, a exemplo de sindicatos rurais, antes dessa data, permaneceriam válidos pelo período já mencionado de seis anos.

11.11 Assim, argumenta a responsável que seria indevida a exigência (pelo TCU) de devolução dos valores referentes aos pagamentos realizados pelo leite oriundo de tais fornecedores, uma vez que estes estariam perfeitamente enquadrados nas normas e cláusulas previstas nos convênios firmados entre o ministério e o Estado da Paraíba.

11.12 Na intenção de comprovar suas alegações, a usina juntou diversos documentos que seriam as DAPs dos produtores a ela vinculados e que forneceram leite ao programa. Em adição, informa que juntou a dita documentação não obstante inexistir qualquer obrigação nesse sentido, uma vez que não foi a fonte pagadora dos valores questionados pelo Tribunal.

11.13 Continuando, a Acoop reafirma a argumentação de que seria absurda a exigência de devolução dos valores atinentes ao beneficiamento do leite coletado junto aos produtores tidos por irregulares. Em primeiro lugar, em razão da demonstração de sua regularidade por meio das DAPs anexadas. Em segundo, em função de o beneficiamento do leite ter sido por ela devidamente executado, conforme contratos firmados com a FAC, além de ser etapa diversa e autônoma dentro do programa em exame.

11.14 O laticínio também considera ‘estranho’ o fato de o Tribunal atrelar o serviço de processamento do leite coletado ao fornecimento do produto por agricultores apontados como irregulares pela auditoria.

11.15 Passando ao ponto seguinte, a usina passa a discorrer sobre a ausência da confirmação de recebimento, beneficiamento e distribuição do leite oriundo dos fornecedores apontados como irregulares. Descreve como é feita a coleta do produto junto aos diversos agricultores cadastrados, afirmando que seria impossível que a FAC disponibilizasse agentes para acompanhar e atestar cada coleta realizada por cada um dos laticínios contratados e espalhados por todo o Estado da Paraíba. Segundo afirma, mesmo hoje, inexistente qualquer comprovação formal (por parte de qualquer agente público) da entrega de leite pelos fornecedores aos diversos laticínios que beneficiam o produto para o programa.

11.16 De acordo com a usina, só existe controle por parte da fundação quando da entrega de leite pelos laticínios nos postos de distribuição, oportunidade em que um agente público efetua a conferência e atesta os quantitativos.

11.17 Assim, para a empresa, não há que se falar em ausência de confirmação de recebimento do produto, tendo em vista que esta seria obrigação da fundação.

11.18 Ainda sobre este ponto, o laticínio assevera que o atesto de entrega nos postos garante que a mesma quantidade foi devidamente recolhida pela usina junto aos fornecedores, não havendo, portanto, qualquer possibilidade de desvio de recursos públicos ou realização de pagamentos maiores do que os efetivamente devidos.

11.19 Finalizando suas alegações de defesa, a Acoop argumenta que inexistente qualquer solidariedade entre os ex-gestores da fundação e a empresa contratada. Salienta que cumpriu apenas o que estava previsto em seus contratos, não tendo responsabilidade pela emissão de DAPs, nem tampouco pelos pagamentos realizados pela FAC. Em adição, afirma inexistir qualquer conduta omissiva ou comissiva de sua parte que tenha colaborado para o cometimento de qualquer ilícito, sendo que este último, caso porventura tenha ocorrido, não contou com sua participação e se deu por fatores completamente alheios à sua vontade.

Análise

12. Inicialmente, cabe ressaltar que a responsabilidade da empresa decorre, notadamente, da inserção de produtores que não detinham as condições exigidas para sua participação no programa, seja por não possuir DAP válida ou mesmo em razão da existência concomitante de vínculos empregatícios com órgãos ou entidades públicas.

12.1 Importante frisar que o vocábulo ‘inserir’ é aqui utilizado no mesmo sentido de ‘cadastrar’ ou ‘contratar’. Assim, não há qualquer impropriedade no ofício citatório quando se fala em ‘contratação’.

12.2 Quanto ao termo ‘pagamento’, deve-se compreender que, embora os créditos fossem realizados pela FAC, a relação de fornecedores e as respectivas quantidades de leite (supostamente) entregues eram disponibilizadas pelos próprios laticínios. Ou seja, cada usina informava quais eram os produtores por ela cadastrados (ou ‘contratados’) e as respectivas quantidades fornecidas, cabendo à FAC a efetuação dos pagamentos devidos. Dessa forma, observa-se a relação umbilical existente entre a ACCOP (e também as demais empresas) e os referidos pagamentos realizados aos fornecedores, o que afasta a tese defendida pela empresa.

12.3 Passando ao próximo argumento, verifica-se nova tentativa de imputar toda responsabilidade à entidade governamental. Em verdade, como já esclarecido acima, na prática, era o próprio laticínio que inseria ou cadastrava os fornecedores no programa, na medida em que coletava o leite (supostamente) por eles produzido, informando posteriormente as respectivas quantidades para efeito de pagamento.

12.4 Como visto na auditoria e descrito ao longo deste processo, em grande parte, os ditos fornecedores não cumpriam as exigências para participar do programa, razão pela qual os laticínios foram alçados à condição de responsáveis solidários, inclusive a ACCOP, no que tange a estes autos. Desse modo, considerando que a beneficiadora concorreu diretamente para a consumação das irregularidades verificadas, não cabe acolhimento da alegação oferecida.

12.5 Prosseguindo, o laticínio afirma inexistir qualquer disposição legal, ou cláusula nos convênios firmados, que lhe atribua responsabilidade sobre os pagamentos realizados pela FAC. Para esta alegação, mostra-se necessário repisar que todos os convênios celebrados entre o MDS e o Estado da Paraíba encontram-se inseridos no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o qual tem por objetivo o incremento da produção, com incentivos ao pequeno produtor familiar e a ampliação do consumo de leite, por meio da distribuição do produto a pessoas em situação de insegurança alimentar, conforme os termos da Lei 10.696/2003.

12.6 O PAA é regido pelas resoluções 16/2005 e 37/2009 do Grupo Gestor do referido Programa. Conforme consta explicitamente das ditas normas, caberia à empresa adquirir o produto apenas de fornecedores elegíveis para o programa, ou seja, pequenos produtores possuidores de DAP (vide item 2.3 da 16/2005 e arts. 8º e 14 da 37/2009). Disposições semelhantes podem ser encontradas em todos os contratos firmados entre a FAC e os diversos laticínios envolvidos nas irregularidades, inclusive a ACCOP.

12.7 Dessa forma, mesmo que inexistia disposição expressa responsabilizando a usina por pagamentos realizados pela fundação, a solidariedade a ela atribuída é decorrente da captação de leite originário produtores não elegíveis para o programa. Ao praticar tal conduta, reprovável sob o aspecto legal e contratual, a empresa também concorreu diretamente para o cometimento das irregularidades apontadas no relatório de auditoria, além de ter auferido benefícios, uma vez que, se processou na quantidade declarada, processou o produto de origem irregular, tendo sido remunerada para tanto. O principal é que a situação irregular põe em xeque a veracidade da própria quantidade declarada de leite processado, já que, em muitos casos, as pessoas declaradas como produtoras de leite, sequer possuíam gado leiteiro. Dessa forma, não cabe acolhimento para a alegação oferecida.

12.8 Continuando, observa-se que a defesa reconhece que a própria usina encaminhava os ‘produtores que atendiam os requisitos necessários’ à entidade credenciada pelo então MDA para fins de emissão da DAP, de modo a ficarem ‘aptos para participarem do programa’. Ora, verifica-se aqui uma verdadeira confissão por parte da responsável ao afirmar que os fornecedores eram por ela arrebanhados, encaminhados a entidades, a exemplo da Emater, e posteriormente inseridos no programa.

12.9 Ao contrário do que pretende a defesa, observa-se que o procedimento adotado pela usina não resultou em qualquer ganho no quesito lisura, uma vez que, conforme apurado e largamente demonstrado, diversos produtores por ela inseridos não preenchiam as condições necessárias para participação no programa, muitos sequer possuindo DAP, ao passo que outros

detinham vínculos empregatícios no setor público, o que afasta sua condição de pronafiano. Dessa forma, não cabe acolhimento para o argumento apresentado.

12.10 Quanto à responsabilidade pela admissão de produtores vinculados a órgãos públicos, também não assiste razão à defendente. Em primeiro lugar, deve ser novamente frisado o fato de a empresa ter se beneficiado com a impropriedade, uma vez que foi remunerada pelo (suposto) processamento de leite de origem irregular.

12.11 A segunda razão deriva da primeira. Conforme admitido pela própria defesa, os produtores eram por ela encaminhados para fins de obtenção de DAP e inserção no programa. Se tal é verdade, pode-se presumir que deveria existir algum tipo de preocupação, por parte da usina, em verificar previamente, por exemplo, se o produtor de fato seria pronafiano, se realmente possuía gado leiteiro, as condições sanitárias do rebanho e do processo de ordenha, dentre outros pontos.

12.12 Ademais, considerando as dificuldades de natureza logística, evidentemente os laticínios, inclusive a ACCOP, captavam leite junto a fornecedores cujas propriedades se encontrassem próximas aos pontos de coleta. Tal consideração é relevante na medida em que deixa mais clara a relação de proximidade, interdependência e, muitas vezes, até mesmo cumplicidade entre os atores citados.

12.13 Na verdade, a existência dos vínculos aqui tratados leva à indicação de que essas pessoas sequer eram produtoras de leite, motivo pelo qual a alegação oferecida não pode ser acolhida.

12.14 Adentrando a questão relativa à validade das declarações de aptidão, algumas considerações devem ser tecidas. Inicialmente, o órgão responsável, em última instância, para atestar a validade de tais documentos era o então Ministério do Desenvolvimento Agrário. Assim, desde o início, recorreu-se ao MDA sempre que houve qualquer tipo de questionamento a esse respeito. Como prova da relatada conduta, pode-se observar a realização de diligências ao órgão antes, durante e mesmo depois da fiscalização empreendida. Mesmo agora, quando do exame das alegações de defesa, novamente efetuou-se consulta, desta vez para verificar a suposta validade de DAPs emitidas em formulário, as quais foram juntadas pela defendente.

12.15 Assim, questões atinentes à emissão, necessidade de homologação e prazos de validade foram submetidas ao crivo do ministério. Importa, neste momento, dar ênfase à última diligência realizada, a qual, inclusive, já foi objeto de tópico nesta instrução. Conforme visto, o laticínio anexou diversas DAPs emitidas manualmente (em papel), as quais comprovariam a condição de pronafiano de seus produtores de leite.

12.16 Tal relação passou, inicialmente, por uma análise nesta Secretaria, tendo resultado na tabela presente na peça 45. Conforme pode ser observado, algumas DAPs não foram aceitas em virtude de terem sido emitidas após o período em que se deu o fornecimento de leite. Obviamente, interessa a situação do agricultor à época em que ele forneceu o produto ao programa. Logo, uma DAP emitida após o período em análise não se presta a comprovar a regularidade ou mesmo a condição de pronafiano de qualquer produtor, nem tampouco pode retroagir para induzir qualquer efeito nesse sentido.

12.17 Por essa razão, as declarações emitidas foram do período questionado foram, de plano, desconsideradas. Outras tantas, por terem sido supostamente emitidas à mesma época do fornecimento, foram encaminhadas para o órgão, tendo por finalidade a realização de uma análise mais aprofundada, com a consequente emissão de posicionamento definitivo sobre o tema, com a indicação precisa de quais documentos eram de fato válidos.

12.18 Necessário ressaltar que a mesma linha de defesa foi adotada por outras usinas, conforme já relatado nesta instrução, tendo as diversas DAPs sido encaminhadas ao ministério, após uma análise inicial nesta Secretaria, para efeito de exame e emissão de posicionamento acerca de sua validade. Como resultado, o MDA anexou a planilha anexada na peça 81, no qual encontra-se o resultado da análise empreendida. Do total de declarações listadas originalmente (de todos os laticínios), foram reconhecidas como válidas 452.

12.19 Obviamente, as DAPs consideradas válidas pelo ministério acarretaram a exclusão dos débitos relativos ao fornecimento de leite de seus titulares, beneficiando os laticínios e demais responsáveis solidários, ao passo que aquelas consideradas irregulares não resultaram em qualquer

modificação em relação ao entendimento e às planilhas de débitos originais.

12.20 Dessa forma, novas planilhas foram confeccionadas, tendo por fundamento as alterações provocadas pela exclusão de alguns produtores inicialmente tidos por irregulares, mas que viram sua condição validada pelo então MDA (peça 95).

12.21 Prosseguindo, quanto à alegação de que não existiria obrigatoriedade de homologação das DAPs (pelo MDA) até dezembro de 2008, assiste razão à defendente. De fato, a Portaria 85/2008 (peça 80, p. 49-62) estabeleceu que os órgãos emissores locais deveriam remeter as declarações emitidas manualmente à Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) para efeitos de validação. Assim, os documentos anteriores ao advento do normativo realmente estão livres de tal incumbência.

12.22 De qualquer modo, mesmo neste caso, caberia à usina trazer as DAPs de todos os seus produtores, considerando-se os períodos em que efetivamente forneceram leite ao programa, para que tais documentos fossem analisados e remetidos ao MDA para fins de verificação de sua validade. Contudo, as declarações trazidas ao processo não correspondem à totalidade dos fornecedores ligados à ACCOP. Além disso, conforme já relatado, do total de DAPs anexadas na defesa, algumas não foram consideradas válidas pelo ministério.

12.23 Passando às alegações referentes à comprovação do recebimento, beneficiamento e distribuição do leite oriundo dos fornecedores em situação irregular, deve-se ressaltar que, em verdade, quando o laticínio adquire o produto de pessoas sem DAP ou que possuem vínculos com a Administração Pública, fica em aberto a confirmação de que, de fato, teria ocorrido tal recebimento, bem como o posterior beneficiamento e distribuição.

12.24 Tal assertiva mostra-se de fácil compreensão, notadamente quando se imagina um servidor público fornecendo leite ao laticínio. De plano, a condição de servidor já exclui a de pronação, uma vez que este último tem, necessariamente, que trabalhar em sua propriedade acompanhado da própria família. Assim, o indivíduo é produtor pronação ou é servidor público, não sendo possível a concomitância das duas situações.

12.25 Assim, se o hipotético fornecedor desempenha regularmente atividades em algum órgão público, que garantias existem de que ele estaria realmente produzindo e entregando leite à usina para beneficiamento?

12.26 Também devem ser resgatados os achados contidos no relatório de auditoria, oportunidade em que foram descritas as constatações atinentes à profunda precariedade dos controles existentes. No que se refere, por exemplo, às conferências realizadas pela FAC quando das solicitações de pagamentos, cumpre ressaltar a absoluta falta de confiabilidade. As listagens de fornecedores e quantidades enviadas pelos laticínios (inclusive pela ACCOP) continham toda a sorte de irregularidades (produtores sem DAP, servidores públicos, etc). Da mesma forma, as planilhas de conferência de recebimento de leite nos postos também carecem do mínimo de credibilidade, tendo em vista que, muitas vezes, os próprios laticínios eram responsáveis pelos pontos de distribuição ou possuíam as chaves dos mesmos, conforme observado em muitas visitas.

12.27 Ainda sobre este ponto (recebimento, beneficiamento e distribuição), também merece grande destaque os resultados da ‘Operação Almateia’, a qual constitui ação conjunta executada pela Polícia Federal, Ministério Público e Controladoria Geral da União. A referida operação confirmou as irregularidades aqui tratadas, além de identificar diversas outras, tais como: graves divergências entre os quantitativos de leite informados à FAC pelas usinas e aqueles efetivamente coletados e beneficiados, gerando diferenças a maior em benefício de produtores e empresas; existência de produtores ‘fantasmas’; inclusão de fornecedores que residiam em outros estados; embalagens de leite com peso inferior ao estipulado; produtores de leite que forneciam o produto sem ter gado leiteiro; fornecimento fictício; adição de água que chegava, em alguns casos, a mais de 50%; adição de produtos químicos para maquiagem a qualidade do leite; e beneficiários consumidores que não poderiam estar no programa, dentre outros pontos caracterizando uma fraude generalizada no programa.

12.28 Desse modo, considerando a fraude generalizada no programa, comprovada pela fiscalização do Tribunal e pela Operação Almateia, e levando-se em conta a total ausência de confiabilidade dos controles existentes, resta inviável o acolhimento das alegações de defesa

apresentadas pela usina, mantendo-se, portanto, a responsabilidade e a solidariedade a ela atribuídas.

Diligência à Procuradoria da República no Estado da Paraíba

13. Antes de concluir o exame destes autos, cumpre registrar que uma derradeira diligência foi dirigida à Procuradoria da República no Estado da Paraíba (peça 98), por meio da qual foram solicitadas informações acerca do teor e andamento do inquérito nº TRF5-0009247.81.2011.4.05.8200-INQ, em trânsito no Tribunal Regional Federal da 5ª Região, bem como de outros processos porventura instaurados com base nas constatações da operação policial deflagrada.

13.1 Em resposta (peça 100), o órgão informou que o referido inquérito havia sido encaminhado à Procuradoria da República no Estado de Pernambuco. Por essa razão, nova diligência foi realizada, conforme se observa nas peças 102 e 107.

13.2 Por meio do Ofício 30/2016 (peça 109), o Sr. Duciran Farena, Procurador Regional da República, esclareceu que o dito inquérito se refere à denúncia oferecida contra a Sra. Francisca Denise Albuquerque de Oliveira, ex-Presidente da Fundação de Assistência Comunitária, em razão da realização indevida de dispensa de licitação para a contratação de usinas beneficiadoras no âmbito do Programa do Leite.

13.3 Em sua manifestação naqueles autos, contestou defesa apresentada pela ex-gestora, argumentando que a denúncia encontra-se fundamentada em vasto acervo de provas documentais e testemunhais, as quais de mostram suficientes para demonstrar a culpabilidade da denunciada. Salientou que a Sra. Francisca Denise, a exemplo de outros ex-Presidentes da FAC, frequentemente realizavam dispensas de licitação sob a justificativa de que o programa não podia ser paralisado em função do encerramento da vigência dos contratos de fornecimento do produto, sob pena de penalizar a população atendida pela ação governamental.

13.4 Prosseguindo, resgata trechos da peça inicial da denúncia, também baseada no Relatório do TCU, onde é frisado que as dispensas irregulares acabaram por permitir a contratação de empresas que eram objeto de sindicâncias instauradas pela própria fundação, em virtude de diversas impropriedades detectadas ao longo da execução dos contratos.

13.5 O Sr. Procurador da República, esposando e citando as conclusões presentes no Relatório de Auditoria do TCU, conclui sua argumentação, asseverando que o procedimento de dispensa de licitação se mostrou irregular, não apenas por divergir das determinações contidas nos convênios firmados entre a FAC e o MDS, mas também em razão de configurar significativa deficiência do planejamento dos certames.

13.6 Por fim, requereu, junto ao Desembargador Relator daqueles autos, a rejeição das alegações oferecidas pela ex-gestora, bem como o prosseguimento do processo.

Análise

13.7 Examinando a resposta à diligência, observa-se que o tema central do inquérito nº TRF5-0009247.81.2011.4.05.8200-INQ é a utilização irregular de dispensa de licitação para a contratação de laticínios para o beneficiamento do leite a ser distribuído.

13.8 Por outro lado, os presentes autos tratam especificamente da contratação e pagamento de pessoas estranhas ao Programa do Leite da Paraíba (supostos produtores), em função da ausência de DAP ou ante a existência de vínculos empregatícios com órgãos e entidades da Administração Pública, além da não comprovação do efetivo recebimento, beneficiamento e distribuição do leite oriundo dessas pessoas.

13.9 Assim, as informações presentes na mencionada denúncia, ou mesmo o seu eventual desfecho, não apresentam impacto relevante neste processo, servindo tão-somente para ilustrar ou exemplificar o nível de desorganização gerencial e administrativa daquela entidade, bem como o total desrespeito aos ditames normativos e às cláusulas contidas nas avenças firmadas com o ministério concedente.

13.10. Por fim, cumpre registrar que, no que tange à possível existência de outros processos na esfera judicial (fundamentados ou derivados da operação policial), nenhum elemento novo foi obtido por meio da diligência efetuada.

CONCLUSÃO

14. Ao longo deste e dos demais processos resultantes da fiscalização empreendida no Programa do Leite, foram adotadas todas as medidas necessárias para garantir não apenas o irrestrito direito à ampla defesa dos responsáveis, mas também para conferir o máximo de confiabilidade das informações e das conclusões a que se chegou.

14.1 Desse modo, mesmo durante o exame das alegações de defesa, observa-se claramente a preocupação não apenas de confrontar os elementos trazidos pelos responsáveis com o entendimento da equipe de auditoria ou com o posicionamento do Auditor instrutor ou da Secretaria, mas também de submetê-los ao crivo do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Nesse sentido, verificam-se, por exemplo, as diversas diligências realizadas ao então MDA, por meio das quais obteve-se a confirmação da questão relativa à emissão e validade ou não das declarações de aptidão, condição essencial à participação no Programa do Leite.

14.2 Ainda como resultado de tal procedimento, deve-se mencionar a redução dos débitos anteriormente apontados, em virtude do acolhimento do entendimento do ministério no sentido da regularidade e validade de algumas DAPs apresentadas pela ACCOP e por outros laticínios citados nas demais tomadas de contas especiais.

14.3 Outro ponto que merece destaque é o caráter probatório, e por vezes complementar, das informações obtidas por meio da Operação Almateia, desencadeada pelo Ministério Público Federal e Polícia Federal. Conforme visto, os achados de auditoria foram confirmados pela ação policial, a qual se utilizou de recursos e metodologia próprios, muitas vezes não disponíveis ao TCU, tais como escutas telefônicas, apreensões de documentos e depoimentos.

14.4 A operação deflagrada confirmou a existência de um quadro de fraude generalizada no programa executado pela FAC. Todas as etapas encontravam-se envoltas em irregularidades, contemplando o fornecimento do leite, seu beneficiamento e sua posterior distribuição nos postos. Os ilícitos verificados foram inúmeros, mas podem ser destacados: a adição de água ao leite em quantidades maiores que as permitidas; adição indevida de produtos químicos para prolongar irregularmente a validade do produto; adulteração fraudulenta das quantidades fornecidas, beneficiadas e distribuídas; existência de produtores “fantasmas” cadastrados pelas empresas; e retenção (pelas usinas) de documentos pessoais e cartões de produtores.

14.5 Ainda em relação à Operação, importa frisar que esta também contribuiu no sentido de robustecer a tese aqui defendida de que a conduta dos agentes públicos foi decisiva para a consumação dos fatos que levaram ao prejuízo apurado, os quais foram resultado direto da inoperância da FAC e de seus gestores. Estes não adotaram medidas capazes de impedir que o programa fosse fraudado de todas as formas e em todas as suas etapas, conforme verificado pela equipe do TCU, pela Polícia Federal e Ministério Público Federal. Assim, pode-se afirmar que as irregularidades aqui tratadas encontram respaldo não apenas nos achados de auditoria, mas também nas investigações e desdobramentos da operação policial, bem como nas informações prestadas pelo MDA.

14.6 Prosseguindo, quanto ao mérito das alegações de defesa juntadas, verifica-se que a Sra. Lúcia Braga e o Sr. Gilmar Aureliano não lograram afastar a responsabilidade a eles atribuída, uma vez que não conseguiram comprovar a efetiva adoção de providências a seu cargo no sentido de zelar pelo fiel cumprimento dos normativos aqui listados, das cláusulas contidas nos convênios firmados entre a FAC e o ministério concedente, bem como dos contratos firmados com as usinas, tendo em vista o alcance dos objetivos previstos no programa. Em adição, observa-se que também não conseguiram comprovar o efetivo recebimento/produção, processamento e distribuição do leite aqui considerado como desconforme, ou seja, aquele supostamente fornecido por produtores sem DAP ou com relação empregatícia com órgãos do setor público.

14.7 Por essa razão, restaram inalterados os fundamentos das citações a eles endereçadas, quais sejam: contratação e pagamento de pessoas estranhas ao Programa do Leite da Paraíba, ante a existência de vínculos empregatícios com órgãos e entidades da Administração Pública ou ante a ausência da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), além da não comprovação do efetivo recebimento, beneficiamento e distribuição do leite oriundo dessas pessoas.

14.8 Por seu turno, o laticínio ACCOP, embora também não tenha logrado afastar a

responsabilidade que lhe foi imputada, obteve relativo sucesso no que tange ao débito apurado. Conforme já relatado, das DAPs anexadas pela usina, uma parte foi considerada válida pelo MDA, o que resultou na exclusão de alguns produtores até então tidos por irregulares. Dessa forma, após as adequações necessárias, foram confeccionadas as novas planilhas de débitos, as quais se encontram na peça 95.

14.9 Vale ressaltar que a pretensão punitiva do TCU, conforme Acórdão 1.441/2016-Plenário, que uniformizou a jurisprudência acerca dessa questão, subordina-se ao prazo geral de prescrição indicado no art. 205 do Código Civil, que é de 10 anos, contado da data de ocorrência da irregularidade sancionada, nos termos do art. 189 do Código Civil, sendo este prazo interrompido pelo ato que ordenar a citação, a audiência ou a oitiva do responsável. Conforme o mesmo Acórdão, a ocorrência desta espécie de prescrição será aferida, independentemente de alegação da parte, em cada processo no qual haja intenção de aplicação das sanções previstas na Lei 8.443/1992. No caso em exame, considerando que os atos imputados aos responsáveis foram praticados a partir do exercício de 2006 e em razão de ter sido ordenada a citação em 02/07/2013 (peça 3), portanto, antes de 10 anos da ocorrência da irregularidade a ser sancionada, e considerando que também não transcorreram 10 anos desde a citação, constata-se que não ocorreu a prescrição da pretensão punitiva, podendo, portanto, ser aplicada multa aos responsáveis.

14.10 Por derradeiro, considerando a conclusão do presente exame, cumpre formular proposta de encaminhamento no sentido da condenação solidária dos responsáveis e aplicação da multa prevista na lei orgânica deste Tribunal.

AFERIÇÃO DA BOA FÉ

15. No tocante à boa fé dos responsáveis arrolados, inexistem nestes autos quaisquer elementos capazes de comprovar sua existência, razão pela qual as contas devem, desde logo, ser julgadas irregulares, nos termos do art. 202, § 6º, do Regimento Interno/TCU.”

14. Diante desse quadro, o auditor responsável apresentou a seguinte proposta de encaminhamento, a qual recebeu a anuência do corpo diretivo da Secex/PB (peça 111):

“PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

16. Diante do exposto, submetem-se os autos à consideração superior, propondo:

16.1 rejeitar as alegações de defesa oferecidas pela Sra. Antônio Lúcia Navarro Braga (CPF 038.674.201-49) e pelo Sr. Gilmar Aureliano de Lima (CPF 714.551.594-68), ex-Presidentes da FAC;

16.2 acolher parcialmente as alegações de defesa oferecidas pela Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos da Prata (ACCOP), CNPJ: 04.592.262/0001-43, no sentido de reduzir o débito inicialmente apontado, aproveitando-as aos responsáveis solidários;

16.3 com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea 'c', da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com os arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, 210, e 214, inciso III, do Regimento Interno, que sejam julgadas irregulares as contas da Sra. Antônio Lúcia Navarro Braga (CPF 038.674.201-49) e do Sr. Gilmar Aureliano de Lima (CPF 714.551.594-68), ex-Presidentes da FAC, condenando-os solidariamente com a Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos da Prata (ACCOP), CNPJ: 04.592.262/0001-43, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea 'a', do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres abaixo indicados, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

Débito 1

Responsáveis solidários:

1- Antônio Lúcia Navarro Braga, ex-Presidente da FAC, CPF: 038.674.201-49

2 - Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos da Prata (ACCOP), CNPJ: 04.592.262/0001-43

Cofre Credor: Tesouro Nacional

Débitos:

Valor Histórico	Data de ocorrência
R\$ 100.511,60	31/1/2010
R\$ 158.220,22	31/1/2011

Débito 2
Responsáveis solidários:

- 1 - Gilmar Aureliano de Lima, ex-Presidente da FAC, CPF: 714.551.594-68
- 2 - Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos da Prata (ACCOP), CNPJ: 04.592.262/0001-43

Cofre Credor: Tesouro Nacional

Débitos:

Valor Histórico	Data de ocorrência
R\$ 94.721,00	31/1/2007
R\$ 264.061,00	31/1/2008
R\$ 241.788,40	31/1/2009
R\$ 20.878,20	31/1/2010

16.4 aplicar, individualmente, aos responsáveis Antônio Lúcia Navarro Braga, CPF: 038.674.201-49, Gilmar Aureliano de Lima, CPF: 714.551.594-68, e Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos da Prata (ACCOP), CNPJ: 04.592.262/0001-43, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267, do Regimento Interno, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea 'a', do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do acórdão que vier a ser proferido até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

16.5 com fulcro no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/92, autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

16.6 autorizar, desde já, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, fixando o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovação perante o Tribunal do recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovação dos recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor (art. 217, § 2º, do RI/TCU);

16.7 recomendar ao Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, antigo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que adote mecanismos adicionais de verificação e/ou investigação acerca da efetiva condição de produtor rural pronafo, quando da emissão ou da homologação de Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP), bem como exija maior rigor dos órgãos locais (como sindicatos rurais e a própria Emater) por ocasião da emissão do documento aos interessados; e

16.8 encaminhar cópia da deliberação que vier a ser proferida, bem como do relatório e do voto que a fundamentarem, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado da Paraíba, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.”

15. O Ministério Público junto a este Tribunal, representado pelo douto Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin, aquiesce à proposta de encaminhamento apresentada pela unidade instrutora, ressaltando apenas que considera possível julgar irregulares as contas da pessoa jurídica responsável solidária por débito, com base em interpretação sistemática das disposições dos arts. 70 e 71, inciso II, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 5º, inciso II, e 16, §2º, da Lei 8.443/92, conforme

jurisprudência desta Corte, consubstanciada nos Acórdãos 946/2013, 2545/2013 e 2465/2014, todos do Plenário.

16. Isto posto, sugere ajuste no encaminhamento dado pela unidade instrutora no sentido de que esta Corte também julgue irregulares as contas da Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos da Prata – ACCOP.

É o relatório.